

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A violência contra a mulher e o telejornalismo:  
Uma análise da cobertura do Jornal Hoje

Juiz de Fora  
Agosto 2013

Rafaela Almeida Borges

A violência contra a mulher e o telejornalismo:  
Uma análise da cobertura do Jornal Hoje

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para obtenção de  
Grau de Bacharel em Comunicação Social  
na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Ms. Ricardo Bedendo

Juiz de Fora  
Agosto 2013

Rafaela Almeida Borges

A violência contra a mulher e o telejornalismo:  
Uma análise da cobertura do Jornal Hoje

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF.

Orientador: Prof. Ms. Ricardo Bedendo

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 04/09/2013 pela banca composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Ms. Ricardo Bedendo (Orientador)

---

Prof. Ms. Aline Silva Correa Maia (Convidada)

---

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (Convidado)

Conceito obtido: \_\_\_\_\_

Juiz de Fora  
Agosto 2013

Dedico este trabalho aos meus pais, Cinthia e Roberto,  
que desde o início me apoiaram na realização deste sonho  
e não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Nunca se acomodar. Nunca desistir. Nunca se intimidar: ao jornalismo, por despertar o que há de melhor em mim.

Ao Ecaderno, Acesso, CAEFI, Apogeu e JF Notícias pelo aprendizado e confiança.

À TV Integração, pela oportunidade do primeiro emprego e por me deixar sentir o que é trabalhar com amor.

À Facom e aos amigos que ali fiz, pelos quatro anos intensamente bem vividos, em especial à Mayra Sá, ao Pedro Carlos e à Sarah Garcia.

À minha família, pela união, amor e torcida, sempre presente.

Ao João, por me mostrar a felicidade nas coisas simples da vida.

Aos amigos de longa data, pelos sorrisos e apoio.

Ao orientador Ricardo Bedendo, por me guiar neste desafio e por sempre ter sido exemplo de profissionalismo e amor à profissão.

Aos professores Aline Maia e Márcio Guerra, pela disponibilidade e carinho dedicados a mim durante a faculdade.

Aos meus pais, Cinthia e Roberto, meus melhores amigos, minha paixão! Grandes exemplos de luta e determinação. Essa vitória é, principalmente, de vocês!

## **RESUMO**

Embora a situação da mulher no Brasil tenha passado por avanços, o preconceito ainda existe e, muitas vezes, é demonstrado por meio da violência. Várias mulheres sofrem com os abusos de seus maridos, namorados, companheiros, chefes, entre outros. Elas são vítimas de uma sociedade que ainda reflete a tradição patriarcal, na qual supostamente as mulheres devem ser submissas aos homens. Nesse contexto, a mídia pode colaborar para a reversão desse quadro. O presente trabalho analisa as reportagens sobre o tema que foram ao ar no telejornal **Jornal Hoje**, durante os cinco primeiros meses do ano. A análise leva em consideração aspectos quantitativos e qualitativos, como o número de produções referentes ao assunto em cada mês, a presença de personagens nas reportagens, seus elementos e discursos, e a maneira como a matéria foi construída. O programa apresenta uma diversidade de reportagens, algumas apenas com uma abordagem policial, outras mais reflexivas e que apresentam formas de denúncia e políticas públicas para o enfrentamento do problema.

**Palavras-chave:** Jornalismo de segurança pública. Jornalismo policial. Violência contra a mulher. Telejornalismo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 JORNALISMO E SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>10</b>
2.1 JORNALISMO: CONSTRUÇÃO DA REALIDADE	10
2.2 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS RESPONSABILIDADES	14
2.3 JORNALISMO POLICIAL X JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA	19
2.4 REPORTAGENS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE	20
<b>3 MÍDIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b>	<b>25</b>
3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	25
3.2 MÍDIA: UMA “ARMA” CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO	29
3.2.1 Crimes Sexuais	30
3.2.2 Violência Doméstica	33
<b>4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TELEJORNALISMO</b>	<b>41</b>
4.1 A IMPORTÂNCIA DA TELEVISÃO ENQUANTO VEÍCULO DE INFORMAÇÃO	41
4.2 A LINGUAGEM NO TELEJORNALISMO	43
4.3 O JORNAL HOJE – HISTÓRIA E EVOLUÇÃO	46
4.4 A ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	48
4.4.1 Factual x Especial	52
4.4.2 Fator Motivador	58
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>63</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de reconhecidos avanços em relação à situação das mulheres no país, muitas delas ainda são vítimas da tradição patriarcal que está incutida na sociedade, e que é expressa, muitas vezes, através da violência (Souza, Adesse, 2005, p.13). Desta forma, não é difícil encontrarmos no dia a dia casos de mulheres que foram espancadas, estupradas ou humilhadas. Neste contexto, a mídia (e em específico o jornalismo) pode desempenhar um papel fundamental, já que é capaz de denunciar, apontar soluções e, além disso, gerar um debate a respeito do tema (Soares, 2007, p.99).

Porém, embora o assunto ganhe espaço nos meios de comunicação, a forma como ele é abordado ainda precisa passar por avanços. “A qualidade desse noticiário, em termos de abrangência de conteúdo e de aprofundamento investigativo, ainda encontra desafios”<sup>1</sup>. Na maioria das vezes, a cobertura por parte da imprensa é restrita ao fato em si, sem indicar possíveis desdobramentos e estimular uma ampla discussão.

Seguindo essa linha de raciocínio, o que motivou este trabalho foi justamente buscar impressões que ajudem a entender a forma como os jornalistas lidam com temas complicados e desafiadores no dia a dia corrido das redações. A intenção é debater algumas possibilidades de abordagem do assunto, fazendo com que as reportagens não contenham apenas um fato, mas colaborem também para o combate a este tipo de violência. O telejornal **Jornal Hoje** foi

---

<sup>1</sup> Disponível na obra “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

escolhido como objeto de análise por ser um programa nacional, exibido em horário de almoço e, portanto, passar a impressão de ser o primeiro momento de repercussão dos fatos do dia de forma um pouco mais ampliada, especialmente quando aborda os acontecimentos que são registrados no curso da manhã e que terão prosseguimento durante a tarde e noite. Além disso, o programa foi escolhido por conta da linguagem jornalística televisiva, que configura um desafio para os jornalistas ao trabalharem com conteúdos mais detalhados nos telejornais.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, documental, análises do discurso e também do conteúdo do telejornal em questão. A pesquisa tem como suporte o posicionamento de autores pertinentes em relação aos temas abordados – jornalismo de segurança pública, televisão, discurso e violência contra a mulher.

O capítulo “Jornalismo e Segurança Pública” aborda a prática jornalística, a rotina de produção e seus efeitos na sociedade. Reflete também sobre a atuação do repórter nas coberturas de casos violentos e mostra como uma matéria pode interferir na vida da população.

Já o capítulo “Mídia e Violência contra a mulher” traz um panorama geral da situação das mulheres no país: dados sobre homicídios, agressões físicas e verbais. Reflete também um pouco acerca da Lei Maria da Penha e expõe os desafios enfrentados pelas redações nas coberturas de casos de violência contra a mulher.

O capítulo “A violência contra a mulher no telejornalismo” destina-se a análise das edições do Jornal Hoje, relacionando-as aos conceitos já abordados nos capítulos anteriores. Além disso, revela também as características da televisão enquanto veículo informativo e as particularidades de sua linguagem.

Com a análise, o presente trabalho busca contribuir para a formação de jornalistas mais conscientes que, ao chegarem às redações, olhem os casos de violência contra a mulher de uma forma crítica. De uma maneira geral, as faculdades de comunicação não possuem disciplinas obrigatórias de jornalismo de segurança pública, fazendo com que muitos alunos encontrem dificuldades para atuarem nesse tipo de cobertura.

## 2 JORNALISMO E SEGURANÇA PÚBLICA

Para a realização da pesquisa que este trabalho propõe, faz-se necessário conhecer a prática jornalística, sua rotina de produção e suas implicações na sociedade. Além disso, é preciso entender como é a atuação do repórter nas coberturas de casos na área de segurança pública, e também as responsabilidades de cada profissional, visando o impacto que uma reportagem pode ter na vida das pessoas, sejam elas envolvidas no caso retratado ou não.

### 2.1 JORNALISMO: CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

O moderno jornalismo começou a surgir no século XVII, com o advento do tipógrafo. Para Kovach e Rosenstiel (2003, p. 37), a sua origem está nas conversas em locais públicos, como os cafés de Londres e *pubs* americanos. Os proprietários desses lugares estimulavam os viajantes a contarem suas histórias, registrando-as em livros especiais que ficavam nesses estabelecimentos. “Os primeiros jornais saíram desses cafés por volta de 1609, quando tipógrafos mais atrevidos começaram a recolher informações, fofocas e discussões políticas nos próprios cafés, depois imprimindo tudo”. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p. 37)

Já a consolidação do jornalismo como hoje conhecemos, segundo Aline Maia (2008), só se deu no século XIX. A prática jornalística, originada e expandida a partir da luta pelos direitos humanos, criou valores como verdade, razão e transparência.

Sua consolidação fez emergir características ainda hoje identificadas com sua prática - as notícias, a independência, a exatidão e a noção da atividade como um serviço público - combinando ideias que perfazem sua história - o furo, a aventura, a caça da grande matéria (MAIA, 2008, p. 1).

Nesse mesmo século, conforme nos convida a pensar Lage (2001, p.18), começaram a surgir os cursos superiores de jornalismo e a busca, por meio da pesquisa acadêmica, de padrões de apuração e encadeamento de informações, em resposta ao sensacionalismo<sup>2</sup>.

Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade (a lei das três fontes: se três pessoas que não se conhecem nem trocaram impressões contam a mesma versão de um fato que presenciaram, essa versão pode ser tomada por verdadeira); que a relação com as fontes deveria basear-se apenas na troca de informações; e que seria necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo. (LAGE, 2001, p.18)

Ainda segundo Lage (2001, p.18), foi nesse ponto que a notícia adquiriu a sua forma moderna, “copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, baseou-se, não na narrativa em sequência temporal, mas na valorização do aspecto mais importante de um evento”.

Nesse diálogo sobre os processos de construção da notícia, Alvim (2010, p.13) destaca que as próprias faculdades de jornalismo, manuais de redação, e código de ética pregam a noção de que os princípios básicos da apuração das informações são “imparcialidade, isenção, objetividade, verificação e, acima de tudo, a verdade”. No entanto, Pereira Júnior (2006, p.19) ressalta que o trabalho jornalístico sempre foi uma atividade de construção social dos fatos, ou seja, estamos diante é de “uma certa forma de contar os fatos – o que significa que eles passaram a dançar conforme o ato de contá-los”.

---

<sup>2</sup> Embora não seja objeto conceitual de nossa pesquisa, o sensacionalismo é importante para o contexto. Lage explica que ele ganhou força com a ampliação do público leitor após a Revolução Industrial, e atingiu seu ápice no fim do século XIX e início do XX, nos Estados Unidos. Em seguida, no próprio meio profissional, começaram a surgir reações a esse tipo de jornalismo.

Em seu texto, tal pesquisador compara essa afirmação com o ato de contar um filme. De acordo com ele, ninguém gasta duas horas para contá-lo. O ideal seria que todos pudessem vê-lo. Da mesma maneira acontece com os fatos presenciados pelos jornalistas. Os acontecimentos são resumidos, a cronologia é alterada e os trechos considerados mais importantes são destacados.

A realidade assim trabalhada será sempre, e forçosamente, de segunda mão, embalada para consumo e passível de deslizos de atenção. Cada percepção dará um resultado diferente ao trabalho, cada relato trará em si o paradoxo central do jornalismo, a incompatibilidade entre o que se diz apresentar (enunciado) e o que é apresentado (enunciação) (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p.20)

Verificamos, assim, que a notícia está submetida aos profissionais que a constroem. O jornalista apresentará ao público a sua forma de ver os fatos, com seus valores e conceitos. O próprio noticiário “é um resumo das escolhas de profissionais que trabalham há anos, com suas culturas próprias, bem como de suas instituições, e dos demais atores sociais do mundo empírico: com seus pré-julgamentos e preconceitos” (ALVIM, 2010, p.12).

No processo de escolha do que é notícia ou não, nas decisões editoriais, alguns critérios são levados em consideração. De acordo com Wolf (2005), é o valor-notícia o responsável por definir o que será noticiado, considerando a relevância do fato e o grau de interesse que pode despertar no público. Sendo assim, valor-notícia é um conjunto de características e combinações responsáveis por determinar a seleção de um fato como noticiável. Os valores-notícia estão presentes em todo o processo de produção:

Os valores-notícia são usados de duas maneiras. São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. (Golding-Elliot, 1979, p.114 *apud* WOLF, 2005, p.203)

Pacheco (2005) se ancora em Wolf para apontar, dentro de sua conceituação de notícia, a proximidade como um desses fatores. Os meios de comunicação tendem a noticiar fatos que ocorrem em locais próximos aos de seu público.

As notícias culturalmente próximas se referem a eventos que pertencem à esfera normal de experiências do jornalista e do seu público. São os tipos de acontecimentos que implicam uma esfera compartilhada de linguagens e aceitação culturais comuns. (WOLF, 2003, p. 2100 *apud* PACHECO, 2005, p. 5)

O impacto que o acontecimento terá no público também é apontado por Pacheco (2005) como fator contribuinte para que um fato se transforme em notícia. O episódio deve ser capaz de levantar discussões e comentários, assim como acontece com a raridade, considerada outro valor notícia.

Um homem que se jogará de um prédio sem para quedas, dois candidatos a prefeito de uma cidade com o mesmo nome, ou o nascimento de uma criança à meia-noite do dia 31 de dezembro, são casos que saem da normalidade e podem ser incluídas como notícia de valor. Isso tudo numa visão jornalística e dentro do contexto de cada meio de comunicação. (PACHECO, 2005, p. 6)

Pacheco destaca a proeminência como um valor fundamental. “Acontecimentos que envolvam celebridades ou pessoas públicas estimulam o interesse do público”. (ERBOLATO, 1991 *apud* PACHECO, 2005, p.6).

Por último, a utilidade pública, que transmite ao público conhecimentos fundamentais sobre o dia a dia. Segundo Pacheco (2005), informações sobre os serviços básicos para a comunidade são essenciais, e devem ser noticiados devido à constante necessidade de utilização.

Mesmo com fatores pré-definidos para julgar o que é notícia ou não, as decisões ainda carregam a subjetividade dos profissionais. “No momento em que as redações são bombardeadas por informações, a imprensa tende a atribuir valores e critérios para selecionar o que é mais importante para o interesse público e social.” (PACHECO 2005, p. 5)

Segundo Jorge (2008), o jornalista é o responsável por avaliar o quão importante é um fato e se ele tem atributos o suficiente para virar notícia. “São os jornalistas exercendo o julgamento dos fatos, estabelecendo critérios de relevância do material, apontando as mensagens que valem a pena ser transportadas à atenção do leitor”. (JORGE, 2008, p.29 *apud* NÉRI, 2012, p.32)

O jornalista é, portanto, quem decide o que é notícia e quem conta a notícia, segundo a sua própria maneira de ver o mundo. Para Pereira Júnior (2006), “o singelo ato de noticiar é de antemão uma forma de propor um mundo entre aspas, alterado antes mesmo da intenção deliberada de distorcer” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 26). Ou seja, na opinião do autor, a transmissão dos acontecimentos nunca é neutra, pois isso é impossível.

## 2.2 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS RESPONSABILIDADES

Na segurança pública não é diferente. Os fatos passam pelas mãos dos jornalistas que contam, da sua forma, a história do acontecimento. De acordo com Rolim (2006, p. 189), o jornalismo é algo cuja natureza nunca poderá ser desvinculada da subjetividade do profissional. Qualquer reportagem, por mais objetiva e fiel à realidade, “sempre estará estruturada em uma ideia moral”. Para o pesquisador, apenas a seleção do que é notícia já representa um filtro, uma escolha do profissional de jornalismo que, muitas vezes, é tida como evidente devido às ideias morais que circundam essas preferências. “Antes mesmo da matéria, aquilo que aparece como ‘fato’ já é o resultado de uma escolha subjetiva que aparece naturalmente, como se fosse uma evidência, apenas na medida em que nossos valores morais são, para nós mesmos, ‘evidentes’.” (ROLIM, 2006, p. 189)

Também na segurança pública, ainda de acordo com Rolim (2006), a mídia pode influenciar decisivamente na seleção das condutas identificadas como criminosas e ameaçadoras, principalmente porque “para que uma situação seja considerada criminosa é preciso que pelo menos um grupo significativo de pessoas a referencie como delituosa” (ROLIM, 2006, p.198). Por tal prisma, sugere-se que o jornalismo tem o poder de escolher o que se identifica como crime, alargando ou estreitando os limites conceituais que o definem. “Pode, em síntese, alterar as sensibilidades diante do crime e da violência”. (ROLIM, 2006, p.198)

Por isso, para Ramos e Paiva (2007, p.13), “formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor”.

Verifica-se, dessa forma, que essa percepção de contextos e de sentidos apresenta-se como problematização fundamental no eixo da cobertura da segurança pública. De acordo com Souza (2002), “na área criminal, particularmente, o jornalismo trabalha com transgressões de regras, conhece os tipos que ousaram desafiar o cardápio penal e se lançam, armados, para a contestação ou sobrevivência”. Nessa área, no momento de contar determinado fato, o jornalista precisa ser cauteloso. Para Bedendo (2012), as tecnologias e a corrida pelo furo são atraentes e, ao mesmo tempo, perigosas. É preciso refletir com calma sobre a melhor forma de contar esses fatos. A linha entre o acontecimento em si e os rumores é muito tênue.

Na segurança pública, diante do universo de narrativas e de ambientes com os quais vamos nos relacionar, a desconfiança, o *insight* para perceber qual o melhor caminho a seguir são muito importantes. Muitas vezes, pela própria natureza conflituosa e tensa dos fatos, precisamos refletir em conjunto com a redação para fazermos nossas escolhas. (BEDENDO, 2012, p. 6)

A responsabilidade aumenta quando enxergamos o jornalismo como ferramenta de mudança do contexto da violência. Para Ramos e Paiva (2007, p.21), “pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência”. De acordo com Bedendo (2012, p.3), “o jornalista precisa enxergar a si próprio como agente de dinâmicas profundamente complexas que se modificam com o passar dos anos”. Nesse diálogo, Souza (2001, p.69) afirma que “em nosso país muitas providências são tomadas somente depois que um relato é publicado, com densidade maior ou menor, em um veículo de comunicação”.

Apesar de reconhecerem alguns avanços no trabalho jornalístico nesse setor, ao longo dos anos, Ramos e Paiva (2007) argumentam que o tratamento dado às coberturas policiais ainda é superficial, relatando apenas o fato em si, o que evita um debate mais profundo sobre prevenção e consequências.

Predomina no dia a dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno nas redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes. (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 25)

Rolim (2006) destaca que, quando essa forma de noticiar se torna comum, passa a ser praticamente impossível que o público perceba os fenômenos contemporâneos da violência em sua totalidade.

O que é apresentado como fato – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. (ROLIM, 2006, p. 190)

E é exatamente nesse ângulo da discussão que reside outro aspecto crítico considerado relevante. Para Ramos e Paiva (2007), merece atenção a tendência da mídia em apenas reportar os fatos sem convidar o público ao debate, ou seja, a imprensa ainda é muito

dependente do factual, do acontecimento presente. Essa é praticamente a mesma crítica a que se faz à polícia. A mídia e as autoridades policiais enfrentam os mesmos problemas no combate à violência.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 25)

E é justamente o alto grau de dependência das fontes policiais que é criticado pelas pesquisadoras Ramos e Paiva (2007). O trabalho realizado por elas sugere que “a polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens” (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 37), fato que é ilustrado pelos seguintes dados:

Esta predominância das forças de segurança no noticiário foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CESeC em 2004 e 2006. Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. Em outro levantamento, realizado pelo CESeC em 2006 sobre oito jornais do Rio, 26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número dos colunões e notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fonte os boletins de ocorrência. (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 37)

Ramos e Paiva (2007) reiteram que os jornalistas participantes da pesquisa argumentaram que não há possibilidades de reverter essa situação, já que a polícia é a principal fonte de informações sobre a criminalidade.

Nada haveria a criticar nesta prevalência não fosse o fato de que as forças de segurança são a única fonte das matérias em um expressivo número de casos. Um grande percentual de reportagens (mais de 50%) apresenta apenas uma pessoa ou instituição como a origem de dados ou informações. Na maioria das vezes, esta fonte está ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 37)

Tal dependência das fontes policiais gera algumas graves consequências. Ramos e Paiva (2007) destacam a falta de crítica das ações das polícias. Normalmente, apenas os fatos são relatados, sem que haja algum questionamento relacionado à postura das forças de segurança. Bedendo (2012, p. 6) acrescenta ainda que a relação entre jornalistas e policiais nem sempre será harmoniosa, o que pode dificultar o trabalho de apuração. “As dificuldades de compreensão das culturas, seja dos jornalistas para com os policiais ou vice e versa, é um fator, sem dúvida, que ajuda a fomentar incongruências no convívio e no atendimento das demandas”.

Aliás, essas não são as únicas implicações da relação dependente entre jornalistas e policiais. Para Ramos e Paiva (2007, p.37) “tal predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, raramente nas páginas”. Para as autoras (2007, p.39), a ausência de fontes gera uma cobertura “pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes”. A principal implicação disso é um conjunto de matérias com “pouca contextualização e pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais da Polícia Militar”.

De acordo com Bedendo (2012, p.3), o jornalismo é “construção social”, e dialoga com outras áreas do conhecimento como a “sociologia, a psicologia, a antropologia, as ciências política e econômica e a cultura”. Nesta mesma linha de raciocínio, Souza (2002, p.69) garante que é “impossível limitar como ‘policial’ a reportagem que envolve tantas atividades interdisciplinares”. Para ele, além das áreas já mencionadas neste trabalho, o jornalismo de segurança pública exige a participação de profissionais como médicos-legistas, peritos criminais além de aparato técnico-científico particular. Desta forma, Souza (2002) destaca que a soma de todas essas características abre espaço, dentro da reportagem policial, para a sociologia.

### 2.3 JORNALISMO POLICIAL X JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Justamente pela necessidade de dialogar com as outras áreas do conhecimento que a nomenclatura “Jornalismo Policial” vem sendo considerada por alguns pesquisadores como defasada. Para Souza (2012), “a definição automática (‘reportagem policial’) perdeu por completo a razão de ser”. De acordo com ele, não basta considerar apenas o fato em si, mas também os possíveis desenvolvimentos do acontecimento.

Principalmente porque, se é incontestável que o universo criminal tem na sua origem exclusivamente apurar autoria e circunstâncias de violação de regras sociais, também é rigorosamente verdadeiro que temos os desdobramentos decorrentes. Isto é: a transformação de boletins de ocorrência em inquéritos, os inquéritos em denúncias, as denúncias em processos, os processos em decisões condenatórias, as decisões condenatórias em internação compulsória nos estabelecimentos penais, os estabelecimentos penais abrigando profissionais da psiquiatria, psicologia, antropologia e serviço social (SOUZA, 2002, p.69).

Essa teoria é compartilhada por Bedendo (2012, p.3), que explica que o “entendimento histórico-social da pauta” é fundamental para aqueles jornalistas que desejam ir além das fontes institucionais. O pesquisador afirma que tal tarefa na segurança pública exige uma entrega ainda maior. É preciso que o jornalista considere não apenas o fato, o aqui e o agora, mas avalie seu passado e o seu futuro, pensando nas consequências que irão surgir. É necessário trabalhar a pauta detalhadamente.

São por esses motivos, que Bedendo (2012, p.4) defende um “alargamento do conceito de Jornalismo Policial”. De acordo com ele, para que o jornalista consiga compreender de modo eficaz os casos de violência que chegam diariamente às redações, é preciso lutar contra o relógio. Faz-se necessária uma reflexão. “Há algum tempo que esse fluxo se move por direções mais e mais espessas e somente a pausa para pensar, compreender, interpretar e reciclar, quase

que num processo de enfrentamento com o relógio, pode nos fazer avançar na semântica da expressão” (BEDENDO, 2012, p.4).

Para Souza (2012), as reportagens da área criminal, por tratarem de assuntos delicados, merecem “matérias especiais na grande imprensa, em rádios que sabem se dedicar ao jornalismo e também na televisão”. Os casos precisam ser mais bem trabalhados. Por isso, de acordo com Bedendo (2012, p.5), “a ideia de Jornalismo de Segurança Pública me atrai mais, porque a expressão ‘segurança pública’ carrega em sua composição semântica força maior de contextualização e de relação entre muitas áreas do conhecimento”, dialogando, desta forma, com outros ramos da ciência.

#### 2.4 REPORTAGENS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE

Assim como já explicitado neste capítulo, a mídia tem o poder de interferir na sociedade. Ela pode funcionar como um agente da mudança. Segundo Alvim (2012), os meios de comunicação são considerados por muitas pessoas, leigas ou estudiosas, o quarto poder, em referência aos outros três poderes – executivo, legislativo e judiciário – determinados pela constituição de 1988. “Alguns ainda acreditam que o poder da mídia está acima de todos os outros três, que o poder de persuasão da mídia é quase infinito, como acreditavam os teóricos da bala mágica” (ALVIM, 2010, p.12).

Para Pereira (2008, p.5), “a mídia é um dos mais poderosos instrumentos de poder que exerce controle social informal através de sua capacidade de veicular juízo de valor e da repercussão que alcança”. De acordo com a pesquisadora, “a opinião pública, muitas vezes, faz o papel de processo penal simbólico que acusa e condena sem qualquer restrição legal para ao

menos estabelecer limites no direito de informação”. Essa situação pode vir a ocasionar diversos problemas para os “acusados e condenados” da mídia. Para ela, dependendo da maneira como distribui a informação, a mídia assume poderes, “tais como o poder julgador, o poder regulamentador e o poder fiscalizador, influenciando a opinião pública sobre determinado ponto de vista”. Essa opinião é compartilhada pela pesquisadora Rondelli (1996, p. 36), que afirma que, “a mídia também funciona como um tribunal que levanta os fatos, sentencia e julga”.

Um exemplo desse poder é o famoso caso da Escola Base, em 1994, quando mães estranharam o comportamento de seus filhos e os interrogaram, desconfiando que crimes sexuais estariam acontecendo na escola.

Prejulgamento, afoiteza, aceitação automática da palavra de um delegado ansioso pela fama, desprezo ao contraditório – a cobertura do suposto abuso sexual de crianças naquela escolinha infantil de São Paulo arrastou-se insidiosamente durante semanas. A inocência dos acusados acabaria por ser comprovada, mas já era tarde para recuperar reputação e respeito profissional. (MORETZSOHN)<sup>3</sup>

O episódio foi definido pela pesquisadora Sylvia Moretzsohn como “escandaloso” e que “entrou para a história do jornalismo brasileiro como um dos mais flagrantes e graves atentados à ética”.<sup>4</sup>

O que procuramos, portanto, inferir por meio desse debate teórico é que além do poder de mediar a opinião pública, a mídia, mais especificamente o jornalismo de segurança pública, pode influenciar o dia a dia das pessoas. Toda a trajetória que fizemos até então é essencial para que possamos buscar respostas à problematização central dessa pesquisa, que visa

---

<sup>3</sup> Disponível em: < [http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html)> Acesso em: 23/05/2013

<sup>4</sup> Disponível em: < [http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html)> Acesso em: 23/05/2013

compreender as estratégias e os desafios dos jornalistas no tratamento da notícia, envolvendo a violência contra a mulher, mais especificamente no meio televisivo.

Rolim (2006) explica que a maneira como a ficção e o jornalismo contemporâneos abordam o crime e a violência é um tema relevante. Principalmente porque “muitas pesquisas têm investigado até que ponto os meios de comunicação social podem, de fato, estimular comportamentos disruptivos como a violência interpessoal ou as práticas ilegais” (ROLIM, 2006, p.187)

Sobre a influência do jornalismo de segurança pública na rotina das pessoas, Rolim (2006) destaca a sensação exacerbada de insegurança. Segundo ele, estudos já realizados concordam “que os noticiários sobre o crime induzem à superestimação do risco real enfrentado pelas pessoas” (ROLIM, 2006, p. 197). Rondelli (1996, p. 35), que segue a mesma linha de pensamento, aponta que a mídia pode produzir a “visão de uma sociedade desgovernada, sem normas, sem ordem, onde os indivíduos têm, sobretudo, medo”.

E é essa imagem dessa sociedade insegura, criada pelo tratamento dado pela mídia aos crimes, que pode provocar alguns obstáculos para a convivência interpessoal. “Esta visão cria dificuldades para a edificação de uma cultura solidária, pois o outro é sempre visto como potencial inimigo de quem deve, sobretudo, desconfiar”. (RONDELLI, 1996, p. 35)

Rondelli (1996) explica que a mídia, muitas vezes, divulga uma série de informações sobre como se defender dos crimes aos quais estamos sujeitos, dando a entender que devemos estar em “estado de defesa” a todo o momento. Para a pesquisadora, o “susto provocado pela abordagem, às vezes injustificada, vem de um estado constante de alerta contra o outro a que nos condicionamos. Podem ter uma causa real ou imaginária, mas indicam, sobretudo, o medo do outro”. (RONDELLI, 1996, p.35)

A pesquisadora destaca ainda outras duas vertentes de pensamento sobre a influência que a mídia, ao abordar os crimes violentos, pode ocasionar no comportamento das pessoas:

O modo como a mídia nomeia e trata o crime, os criminosos, os seus praticantes, as suas vítimas e os lugares onde eles ocorrem podem estar produzindo duas coisas: a) uma associação entre crimes e pobres; por dedução, todos os pobres são potenciais criminosos e devem ser afastados, eliminados; b) uma banalização do crime e da violência, de modo a que nos tornemos cada dia mais insensíveis às suas ocorrências, julgando-as naturais em nosso convívio. (RONDELLI, 1996, p. 35)

Porém, para Rolim (2006), assumir que a mídia e as abordagens dos crimes só produzem efeitos negativos seria um equívoco. Para ele, as repercussões podem ser também benignas. “A crítica que faço não desconsidera as possibilidades contraditórias que se manifestam no cotidiano das coberturas e enfoques jornalísticos, nem subestima as possibilidades virtuosas que um enfoque humanista poderia desencadear” (ROLIM, 2006, p. 199).

Rondelli (1996) concorda, e afirma que a mídia pode trazer consequências positivas, provocando na sociedade um sentimento de “revolta”, o que pode auxiliar no combate à violência.

Ao mesmo tempo em que a mídia pode contribuir para banalizar a nossa visão sobre o crime, ela pode estar tendo uma ação pedagógica positiva, que é a de nos sensibilizar em relação à sua existência e frequência, e nos induzir a um sentimento de indignação moral diante do crime, que nos mova a pedir soluções para o seu controle. Nesse sentido, a mídia torna-se uma caixa de ressonância da opinião pública ou, ao menos, daqueles que têm acesso à mídia. (RONDELLI, 1996, p. 35)

Portanto, o jornalismo de segurança pública deve ser usado para auxiliar no combate à violência, à criminalidade e a outras questões que estejam diretamente ligadas aos eixos do Sistema de Justiça Criminal/Social (BEDENDO, 2012). O jornalista precisa ter conhecimento de sua capacidade. De acordo com Bedendo (2012):

Com o Jornalismo de Segurança Pública embarcamos nos aspectos mais incômodos e espantosos da vida. Ao mesmo tempo, viajamos por eixos gratificantes, do ponto de vista de sua capacidade de alterar realidades, de fazer o medo sucumbir ao riso, e de perceber o ser humano na sua essência. (BEDENDO, 2012, p. 9)

Desta forma, segundo Souza (2002), “se o jornalista tiver sensibilidade e humanismo transpirando pelos poros, saberá contar aquilo que a sociedade precisa saber”.

Desta forma, durante a análise proposta neste trabalho, busca-se compreender os desafios e as responsabilidades do jornalista ao atuar nas coberturas dos casos de violência contra a mulher. Como consequência, vamos nos aproximar de importantes aspectos que mostram como o profissional pode contribuir para propor o debate e a reflexão sobre esse panorama específico de violência no Brasil.

### 3 MÍDIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Entender parte da realidade da mulher no Brasil é essencial para a elaboração desta pesquisa. É preciso conhecer o que a literatura e os documentos da área nos descrevem como o panorama geral da violência de gênero no país e observar como é o tratamento da mídia nas coberturas desses crimes.

#### 3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

As mulheres têm presenciado avanços no que diz respeito à conquista de direitos. A busca pela igualdade de gênero não é apenas mais um desejo e já é possível sentir as mudanças no mundo. Porém, segundo Souza e Adesse (2005, p.13) “a desigualdade, no entanto, ainda não foi totalmente ultrapassada, sendo um reflexo da tradição patriarcal da sociedade brasileira, expressada através da violência”. Para as autoras, tal “fenômeno social é alarmante”.

Nesse sentido, Sanematsu (2011, p.56) explica que a violência contra as mulheres acontece porque, em nossa cultura, alguns ainda acreditam que os homens são superiores e que, devido a isso, sempre possuem a razão. “Assim sendo, muitos maridos, namorados, pais, irmãos, chefes e outros homens acham que têm o direito de impor suas vontades e opiniões às mulheres”. Desta forma, ainda de acordo com a autora, eles não aceitam ser contrariados e acreditam que a única maneira de resolver conflitos é utilizando a violência. A pesquisadora complementa, ainda, que tal pensamento, muitas vezes, está incutido no dia a dia das pessoas. “Preconceitos são

aprendidos em casa, reforçados pela escola e pela mídia e estão na origem da desigualdade entre os sexos e da violência contra as mulheres” (SANEMATSU, 2011, p.57). Souza e Adesse (2005, p.20) reforçam o raciocínio de que a violência de gênero ganhou destaque no país com o advento dos movimentos feministas. “Tal mobilização se deu em função da brutalidade dos numerosos casos de violência conjugal, de um lado, e da impunidade dos agressores, de outro”.

No Brasil, as mulheres são resguardadas pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha. Para Sanematsu (2011, p.57), a regra institui formas de prevenir e punir a violência familiar e doméstica.

Em outros dispositivos, a Lei Maria da Penha prevê a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar (SANEMATSU, 2011, p.57).

Nessa mesma corrente de pensamento, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM-PR), declara, no Mapa da Violência 2012<sup>5</sup>, que a norma é uma das ações do Estado brasileiro no combate a esse tipo de crime.

A Lei Maria da Penha é resultado do compromisso do Estado brasileiro para a prevenção da violência e punição dos agressores. É necessário frear o aumento dos casos e a crueldade com que eles acontecem. É inaceitável que as mulheres morram ou sejam vítimas de agressões em qualquer etapa de suas vidas. (2012, p.5)

Porém, mesmo com a Lei, segundo a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC em 2010<sup>6</sup>, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil e uma

---

<sup>5</sup> Disponível em:  
[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf) Acesso em: 05/06/2013

<sup>6</sup> Disponível na obra “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

em cada cinco mulheres considera já ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem, seja ele conhecido ou não.

Além de ameaças de surra (13%), uma em cada dez mulheres (10%) já foi espancada de fato ao menos uma vez na vida. [...] As mulheres entrevistadas também relataram haver experimentado tipo de controle ou cerceamento (24%), alguma forma de violência verbal (23%), ou de ameaça ou violência física (24%) (SANEMATSU, 2011, p.56).

Já quanto aos homicídios, conforme a pesquisa de Waiselfisz (2012, p.8), o número de mulheres assassinadas no Brasil, por exemplo, entre 1990 e 2010 triplicou se comparado a outros períodos.

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país (WAISELFISZ, 2012, p.8).

Ainda de acordo com os dados colhidos por Waiselfisz (2012, p.9), no primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha, o número de mulheres assassinadas sofreu uma redução. Porém, em seguida, esse índice voltou a crescer rapidamente até o ano de 2010, último dado da pesquisa.

Tomando tais dados como base, o que indica que a causa de parte desses homicídios tenha sido a violência de gênero, e não outras circunstâncias, são as características dos crimes.

As armas de fogo continuam sendo o principal instrumento dos homicídios, tanto femininos quanto masculinos, só que em proporção diversa. Nos masculinos, representam quase 3/4 dos incidentes, enquanto nos femininos pouco menos da metade. Já outros meios além das armas, que exigem contato direto, como utilização de objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação etc., são mais expressivos quando se trata de violência contra a mulher, o que pode ser indicativo de maior incidência de violência passional (WAISELFISZ, 2012, p.10).

Outra particularidade desses homicídios que pode indicar violência doméstica é o local do crime. De acordo com Waiselfisz, entre os homens, apenas 14,3% dos incidentes aconteceram no local de moradia das vítimas. Já entre as mulheres, esse número eleva-se para 41%.

No quadro internacional, levando-se em consideração 84 países<sup>7</sup>, o Brasil ocupa a sétima posição no número de homicídios de mulheres. Os dados de Waiselfisz (2012, p.16) apontam que o país possui um índice de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres.

Até o momento, nos concentramos nas formas de violência física. Porém, de acordo com Souza e Adesse (2005, p.20), o movimento de mulheres define a violência de gênero como qualquer ato que tenha como consequência algum dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. Esse quadro inclui as ameaças, coerção e privação da liberdade. Para as pesquisadoras,

as duas formas mais comuns de violência contra a mulher, cujos autores são parceiros íntimos da vítima, são: a agressão física, que se caracteriza comumente pelos crimes de lesão corporal e ameaça, também chamada de violência doméstica; e a coerção ao sexo, chamada de violência sexual. (...) A violência sexual pode ser exercida no espaço doméstico (casa) ou no público (rua) (SOUZA, ADESSE, 2005, p.37).

Dentro deste quadro, as autoras explicam que a agressão física é quase sempre seguida da psicológica e, “de um quarto à metade das vezes, está relacionada a situações de violência sexual, como, por exemplo, o estupro conjugal” (SOUZA, ADESSE, 2005, p.37). Elas complementam ainda, afirmando que há uma subnotificação dos casos de violência em geral e os

---

<sup>7</sup> Nas comparações internacionais, Waiselfisz utilizou os dados de mortalidade da Organização Mundial de Saúde (OMS). Porém, como os países membros atualizam suas informações de maneira irregular, em datas muito distintas, foram usados os últimos dados disponíveis entre 2006 e 2010. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf) > Acesso em: 05/06/2013

de violência sexual, devido ao “descrédito da população nas instâncias judiciárias e de segurança pública, por medo e vergonha das mulheres em denunciar ofensas sexuais, por medo de perder o emprego, das atitudes de toda a sociedade” (SOUZA, ADESSE, 2005, p. 26). Para elas, a sociedade naturaliza a submissão das mulheres e o uso da violência na resolução de desentendimentos.

### 3.2 MÍDIA: UMA “ARMA” CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Neste ponto, a mídia pode exercer um papel fundamental, colaborando para a reversão desse quadro. É o que afirmam as pesquisadoras Ramos e Paiva (2007). Segundo elas, a cobertura por parte dos veículos de comunicação poderia contribuir muito para diminuir a situação de impunidade e cobrar das autoridades de segurança, medidas de prevenção e repressão desses crimes.

Para isso, seriam necessárias reportagens apontando as áreas que registram maior número de ocorrências, investigações sobre os fatores que favorecem as agressões e denúncias contra os criminosos à solta e inquéritos abandonados. Seria preciso, portanto, que os jornais colocassem o tema como prioridade (RAMOS, PAIVA, 2007, p.133).

Nas coberturas dos casos de violência contra a mulher, espera-se que os veículos de comunicação atuem como ferramentas de conscientização. Pelo menos, esta deveria ser a forma adequada de se noticiar os crimes. Para Sanematsu (2011, p.99), a expectativa é que a mídia noticiosa informe, esclareça e conscientize a esfera pública. Além disso, segundo a autora, é de responsabilidade dos profissionais da comunicação mobilizar os formadores de opinião e os formuladores de políticas para que se atue com maior intensidade contra este tipo de problema.

“Nesse sentido é preciso ir além do fato, agregando a ele contexto, argumentos e olhares diversificados” (SANEMATSU, 2011, p.99).

Soares (2007, p.139) completa que a mídia não é mais silenciosa em relação ao fato.

Porém, o desafio ainda existe.

Mas a imprensa, assim como os especialistas, as feministas e os militantes dedicados ao tema têm diante de si um desafio igualmente importante. É preciso dar um salto na cobertura, indo além das estatísticas para inserir, no debate público, as complexidades desses conflitos (SOARES, 2007, p.99).

Portanto, observamos que há uma necessidade do profissional de jornalismo em se especializar, adquirir mais conhecimento social. Os jornalistas devem encarar a cobertura da violência contra a mulher como um desafio a ser superado, buscando formas de abordagem que estimulem o debate e a realização de políticas públicas no combate a esse tipo de crime.

### 3.2.1 CRIMES SEXUAIS

Apesar de a mídia não ser mais considerada omissa em relação à violência contra a mulher, segundo Ramos e Paiva (2007, p.133), algumas categorias de atos violentos aparecem na imprensa com raridade. “Os casos de estupro, por exemplo, são quase invisíveis nas páginas dos jornais, embora o Brasil tenha uma alta incidência deste tipo de crime”.

Ainda de acordo com Ramos e Paiva (2007), a diferença entre o número de estupros registrados no Brasil e aqueles retratados nas páginas dos jornais é muito grande. Poucos casos são levados para o público. Deve-se destacar, ainda, que nem todos os crimes sexuais são

denunciados. Portanto, o universo da violência sexual pode ser muito maior do que apontam as estatísticas.

Os crimes sexuais são pouco denunciados e há falta de instrumentos adequados para registrar estatisticamente o problema, dificultando a produção de um diagnóstico nacional sobre a violência doméstica e sexual no Brasil. O número real de casos é muito superior ao volume notificado à polícia e ao Judiciário (SOUZA, ADESSE, 2005, p.25)

Em sua obra, Ramos e Paiva (2007) constatam que aumentar a quantidade de reportagens de qualidade sobre crimes sexuais ainda configura-se um desafio para a imprensa. Segundo as autoras, alguns jornalistas, quando questionados sobre o pequeno número de matérias relacionadas à violência sexual, destacaram as reportagens especiais, inclusive premiadas, visando contrapor a alegação de que o espaço fornecido pela imprensa para esta problemática é pequeno.

Neste contexto, profissionais de comunicação ouvidos por Ramos e Paiva (2007) listaram outros motivos para a pouca cobertura dos casos de violência sexual. Entre eles está a dificuldade de se checar as ocorrências. “Por acreditar que muitas denúncias são falsas, o editor evita a cobertura de casos isolados” (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 134).

Ainda segundo as autoras, a própria dificuldade em abordar o tema já é uma justificativa dada pelos jornalistas. Para exemplificar, elas citam trechos da entrevista realizada com André Luiz Azevedo, repórter da TV Globo.

É um tema importantíssimo, a mídia se interessa. Mas é um tema muito difícil de ser tratado, tem que ter critério e muito bom senso”, diz o repórter da TV Globo, André Luiz Azevedo. André lembra que uma de suas matérias de maior repercussão foi sobre um médico ortopedista que abusava sexualmente de suas pacientes. “Levamos meses produzindo a reportagem, que teve uma repercussão imensa. Nesse caso, era um médico importante e precisávamos ter poder de fogo, de informação para enfrentar. O problema é que esse tipo de informação pode precisar de uma maior produção e tempo, e a mídia com essa rotina nem sempre o tem (RAMOS, PAIVA, 2007, p.134).

Há ainda o fato de grande parte dos crimes de violência sexual acontecerem na esfera privada, sendo, portanto, de acesso restrito. “Além disso, o entendimento de que tratar o assunto publicamente seria submeter o agredido à nova violação também mantém a imprensa afastada” (RAMOS, PAIVA, 2007, p.134).

Por fim, as autoras destacam o fator “mundo cão”, também citado por alguns jornalistas.

Crimes que remetem a situações de violência interpessoal, geralmente entre familiares, provocadas por motivos aparentemente fúteis, costumam ser classificados nesta categoria. O tema implica uma situação de desespero e miséria, na qual a violência é vista como consequência natural – e, talvez por isso, despida de interesse jornalístico. O tema “mundo cão” costuma ser usado para justificar a decisão de não noticiar crimes ou atos violentos, para proteger a sensibilidade do leitor (RAMOS, PAIVA, 2007, p.134).

Tais fatores destacados acima, segundo os jornalistas, são o que impedem uma cobertura mais profunda e frequente dos crimes sexuais. Para Ramos e Paiva (2007), a imprensa também se perde em meio à criminalidade diária, e esquece-se de elaborar reportagens mais completas sobre o assunto, que poderiam levar à reflexão do público. Tal abandono acontece também devido ao alto grau de dependência das forças de segurança, fazendo com que os jornalistas acompanhem a rotina de tais profissionais, absorvendo-a para dentro das redações.

Ao transformar as forças de segurança em origem da maioria esmagadora das matérias, a imprensa também incorpora a agenda dessas instituições, pautada pelo combate ao tráfico de drogas e pela manutenção da ordem pública. Reduz, assim, sua capacidade de produzir análises e reportagens sobre outros conflitos cotidianos da nossa sociedade (RAMOS, PAIVA, 2007, p. 136).

Portanto, os jornalistas, perdidos em meio às ocorrências de tráfico de drogas e balas perdidas, por exemplo, esquecem-se de se preocupar com outros fenômenos. Segundo Ramos e Paiva (2007, p.135), ao optarem por cobrir as guerras de traficantes, assaltos, entre outros, os

profissionais da comunicação deixam de lado outros inúmeros atos de violência. Desta forma, ações de imensa crueldade, que culminam na morte de várias pessoas, passam a ser abordagens mais raras.

### 3.2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em sua obra, Ramos e Paiva (2007) destacam que muitos desses argumentos, citados como justificativa para a não cobertura de crimes sexuais, são apontados pelos jornalistas também quando se trata da violência doméstica.

A maioria das agressões acontece na esfera privada, como em vários casos de estupro e abuso sexual; nem sempre é fácil comprovar o delito; as relações entre vítima e agressor são complexas e fogem ao esquema mocinho-vilão; e boa parte dos casos é logo taxada de mundo cão (RAMOS, PAIVA, 2007, p.135)

A fundadora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo<sup>8</sup>, concorda com Ramos e Paiva, e reforça ainda o fato de a esfera privada ser um dos fatores que impedem uma cobertura eficaz por parte da imprensa. “Isso fragiliza muito a articulação do debate público sobre o problema. Precisamos encontrar maneiras de vincular esta problemática ao contexto da vida social e urbana” (MELO, 2007, p.138).

Porém, mesmo com todas essas barreiras, o tema ganhou força e se tornou uma pauta mais frequente, na maioria das vezes graças aos esforços realizados por movimentos sociais e pela mobilização das vítimas. No entanto, o assunto “ainda não encontra nos jornais e revistas o

---

<sup>8</sup> “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. Disponível em: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

espaço que poderia merecer, se fossem levados em conta os índices verificados na sociedade brasileira” (RAMOS, PAIVA, 2007, p.135).

No capítulo anterior desta pesquisa, destacamos que a cobertura dos crimes em geral ainda é focada no fato em si, de uma maneira superficial. No caso específico da violência doméstica, a crítica não é diferente. A pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2011 mostrou que “os dados coletados revelam que o foco majoritário dessa cobertura está em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema”<sup>9</sup>. Ainda segundo o levantamento, mesmo com a Lei Maria da Penha, os veículos de informação do país têm dificuldade de abordar o tema como “fenômeno complexo e multidimensional”<sup>10</sup>.

Neste contexto, Sanematsu (2011, p.98) completa que tais crimes aparecem com maior frequência nas editoriais de notícias locais, “nas quais costuma predominar um tratamento pautado pela ótica do jornalismo policial, que se limita a informar sobre a ocorrência de um determinado crime”. Desta forma, a principal característica da cobertura dos casos de violência contra a mulher é a individualização do problema, levando em consideração seu conteúdo dramático e sua ampla extensão social, “com um baixo investimento em investigação jornalística” (SANEMATSU, 2011, p.98). Além disso, as políticas públicas raramente aparecem nas reportagens. “São matérias que apresentam uma cobertura de viés policial, em que se destacam detalhes sobre as vítimas e a cena do crime, totalmente descontextualizada das esferas

---

<sup>9</sup> Disponível no Resumo Executivo do livro “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise da cobertura jornalística. 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

<sup>10</sup> Disponível no Resumo Executivo do livro “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise da cobertura jornalística. 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

de governo e dos esforços empreendidos ou não para gerar soluções sobre o problema” (SANEMATSU, 2011, p. 72). De acordo com a autora, divulgar tais políticas públicas nas reportagens, seria uma boa forma de conscientizar a população sobre a violência doméstica.

A abordagem da mídia sobre investimentos públicos e seus resultados em políticas de prevenção e assistência, principalmente quando está em pauta a violência contra as mulheres, tem o potencial de promover o debate sobre as demandas sociais e as omissões e deficiências existentes. (SANEMATSU, 2011, p. 72)

Em alguns casos, na opinião da autora, a cobertura da violência de gênero acaba indo por um viés sensacionalista, com a intenção de ampliar a vendagem dos jornais. Conforme o destacado anteriormente, “a questão merece e deve ser tratada a partir de uma perspectiva sociocultural, que envolve aspectos relacionados à educação, conscientização e mudança de atitude” (SANEMATSU, 2011, p.99).

Outra característica das coberturas jornalísticas que deixa transparecer a falta de contextualização desses crimes são as fontes. Sanematsu (2011, p. 79) revela que quando a mídia aborda a violência de gênero, a população é a mais ouvida. Em seu trabalho, 33,39% das reportagens deram voz aos cidadãos comuns. Para a autora, isso confirma “a tendência de uma cobertura focalizada no fato em si e na individualização do problema”. Além disso, os agentes policiais (24,86%), representantes do Judiciário (8%) e do Ministério Público (3,67%), estão entre as fontes mais procuradas.

A forte presença da polícia como fonte provavelmente se deve à ênfase na cobertura policial e à própria dinâmica do que é notícia. Os fatos que geram as notícias de caráter policial, em geral, envolvem situações de violência severa, ameaça de morte ou mesmo assassinatos. Ao mesmo tempo, esses dados sobre as fontes mais citadas indicam que os profissionais de imprensa têm priorizado ouvir fontes oficiais na construção das matérias. (SANEMATSU, 2001, p.80)

Em contraponto à voz das fontes oficiais, a imprensa deveria dar mais espaço aos diretamente envolvidos nesses casos. Para Soares (2007, p.139), é preciso que os jornalistas não apresentem as mulheres atingidas por esses crimes apenas como vítimas.

Quase sempre, elas são ouvidas apenas para confirmar o que dizem os especialistas – são o exemplo que comprova o saber das autoridades no assunto. Precisamos permitir que essas mulheres deixem de ser o objeto e passem a ser o sujeito de um discurso. Na mídia americana, quase sempre programas e reportagens que tratam do tema apresentam as mulheres que passaram por esses traumas como pessoas que têm conhecimentos a transmitir. Além de relatarem suas próprias experiências, essas mulheres dão conselhos a outras na mesma situação. Elas, melhor do que ninguém, sabem como sobreviver a agressões, que atitudes tomar e como se protegerem. Não são apenas vítimas. São sobreviventes, que passaram por crises dramáticas e, a partir delas, construíram uma sabedoria. (SOARES, 2007, p.140)

Com relação às fontes ouvidas, Sanematsu (2011, p.99) também destaca a importância de se ter a voz das mulheres nas reportagens. É necessário ouvir o que elas “têm a dizer, não somente na condição de vítima de uma agressão individual, mas como parte de um problema que tem contornos muito mais abrangentes e que precisa ser denunciado”.

Outro ponto destacado por Jacira Melo<sup>11</sup>, no que se refere à forma de noticiar a violência doméstica, é que atualmente, com redações cada vez mais enxutas, os jornalistas são avaliados pelo tanto que produzem diariamente. Desta forma, buscam sempre escolher um tema que irá “render mais”, de acordo com a linha editorial do veículo para o qual trabalha. Como consequência, acontecimentos como a violência contra a mulher normalmente ganham destaque apenas quando há algo motivador, como “um crime envolvendo uma pessoa famosa, novas pesquisas, uma nova lei”. Segundo a autora, para conseguir uma cobertura mais frequente, seria

---

<sup>11</sup> “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. Disponível em: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

necessário que o movimento de mulheres e os pesquisadores da área auxiliassem a imprensa, suprimindo sua necessidade por novos ângulos.

Ainda segundo Jacira Melo<sup>12</sup>, os jornalistas enfrentam duas dificuldades básicas e, por isso, talvez não abordem o tema constantemente.

Em primeiro lugar, eles sempre querem números. Acontece que o Brasil sofre de uma carência de pesquisas e não existem, por exemplo, levantamentos estado a estado. Poderíamos incentivar mais coberturas contínuas e aprofundadas se tivéssemos números e análises localizadas. Em segundo lugar os jornalistas sempre querem o depoimento de uma vítima. E isso é uma complicação. É preciso delicadeza para lidar com este tema. E as pessoas que atendem a vítimas de violência estão cansadas de receber este tipo de solicitação. Elas pensam duas vezes antes de expor alguém da imprensa – e querem saber que resultados aquela reportagem poderá trazer (MELO, 2007, p.138).

Sanematsu (2011,p.78) concorda que a falta de dados estatísticos representa um desafio para os jornalistas. Para a autora, essa ausência faz com que fique mais difícil o exercício de encontrar novas abordagens sobre o assunto. De acordo com ela, para que a imprensa possa cumprir o seu dever, atuando de maneira eficaz contra a violência de gênero, é preciso que os profissionais de comunicação tenham em mãos dados atualizados e obtidos com fontes confiáveis. Portanto, esses estudos deveriam ser trabalhados juntamente com a mídia, fazendo com que constantemente novas informações sobre a violência contra a mulher cheguem às mãos dos jornalistas. Isso estimularia diversas novas abordagens, garantindo espaço ao tema nos jornais.

O acesso a esses dados e um efetivo monitoramento podem contribuir para aplicação adequada dos recursos públicos. Em um país continental como o Brasil, o acesso de profissionais de imprensa a uma base com dados nacionais, regionais e locais poderá representar um diferencial para o debate público mais amplo e aprofundado dessa agenda por meio da mídia. (SANEMATSU, 2011, p.78)

---

<sup>12</sup> “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. Disponível em: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

Outro desafio a ser enfrentado pelos jornalistas nesse tipo de cobertura, corresponde à ausência de divulgação dos serviços públicos procurados pelas vítimas. É um outro ponto destacado por Sanematsu (2011, p.89) em sua pesquisa. A imprensa tem o poder não apenas de conscientizar, mas também de orientar quem está passando por alguma dessas situações. Mostrar esses serviços significa tornar públicas as dificuldades enfrentadas por profissionais e vítimas na busca de recursos para encarar uma violência que ocorre no espaço íntimo das relações familiares e afetivas. Segundo a autora, falta mostrar o ambiente das delegacias, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os hospitais públicos que prestam serviços multidisciplinar e as casas abrigo.

A falta de reportagens sobre os serviços é mais um indicador relevante para observar os nexos que a imprensa estabelece ou deixa de estabelecer na construção da notícia, revelando, especialmente no que diz respeito aos jornais locais, a falta de atenção aos problemas de implementação da Lei Maria da Penha nos estados e municípios brasileiros (SANEMATSU, 2011, p.89).

Sanematsu (2011, p. 89) nos leva a refletir sobre a carência da rede para atender às mulheres agredidas. De acordo com ela, são cerca de 97 milhões de mulheres e mais de 5.500 municípios para apenas 126 centros de referência, 80 casas-abrigo, 41 defensorias públicas e 30 juizados especializados. Tais números mostram a falta de compromisso do poder público em relação ao problema, deixando de cumprir uma das premissas básicas da Lei Maria da Penha, presente no primeiro parágrafo: “o poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão”<sup>13</sup>. Nessa mesma linha, temos a imprensa, que em boa parte das situações deixa de mostrar essa realidade para a população, sendo cúmplice deste “erro” do poder público.

A mídia ainda parece desconhecer o papel de cada poder na implementação da lei, e, assim, deixa de cumprir uma de suas funções na esfera pública: a de fiscalizar os poderes constituídos e cobrar respostas aos problemas que afligem a população (SANEMATSU, 2011, p. 90).

Outro fator que chama a atenção na pesquisa de Sanematsu (2011, p.75) é a ausência dos compromissos assumidos pelo governo em relação ao tema nas páginas dos jornais. “O monitoramento revela que a imprensa ignora ou desconhece a importância de acordos e convenções internacionais que tratam sobre a violência contra as mulheres em seus vários aspectos e dos quais o Estado Brasileiro é signatário”. No trabalho da autora, 99,91% das notícias analisadas<sup>14</sup>, no período de janeiro a dezembro de 2010, não mencionaram tais acordos e convenções.

Um aspecto importante que devemos observar na mídia quando essa faz referência a casos de violência contra a mulher é a forma de tratamento da vítima. Após sua análise, Sanematsu (2011, p.83) observou que em algumas reportagens as mulheres ainda são tratadas como frágeis, como objeto sexual ou como emocionalmente instável, por exemplo.

---

<sup>13</sup> Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em: 26 jun. 2013

<sup>14</sup> Segundo Sanematsu, o cálculo dos percentuais exclui as notas, notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Apenas quatro matérias referem-se às mulheres utilizando termos ou expressões pejorativas; 23 apresentam as mulheres como frágeis e vulneráveis; em 14 matérias, a representação feminina é ligada à maternidade; também em 14 ela aparece como objeto sexual ou de desejo; em 1 matéria a mulher é mostrada como uma figura nervosa e emocionalmente instável; em 1, como emotiva; e em 1, a representação esta ligada a padrões de beleza relacionados à magreza ou dietas (SANEMATSU, 2011, p.83)<sup>15</sup>

Porém, indo contra este fato, algo positivo foi observado. A maioria das matérias não atribuiu culpa às mulheres que sofreram a violência. “É notável observar que existe hoje nas redações um maior entendimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, que a sociedade não admite aceitar uma visão superficial e preconceituosa sobre o assunto e sobre as mulheres” (SANEMATSU, 2011, p. 92).

Segundo Soares (2007, p.139), “até os anos 1990, o silêncio da sociedade brasileira sobre a violência doméstica era uma grande preocupação para pesquisadores e grupos que trabalhavam para minimizar a alta incidência do problema no Brasil”. Agora, o problema é outro. Para Sanematsu (2011, p.100), a imprensa não é mais omissa em relação ao fato. “O salto necessário não diz respeito mais à quantidade, mas à qualidade da cobertura”.

Desta forma, a pesquisa busca analisar, no próximo capítulo, quais das características citadas aqui se enquadram na cobertura do telejornal “Jornal Hoje”, identificando-as e indicando sugestões de melhorias. A intenção é colaborar para o desenvolvimento do jornalismo no setor.

---

<sup>15</sup> Período de análise das notícias: Janeiro a dezembro de 2010. Foram avaliadas a produção editorial de 16 jornais do país, incluindo todos os diários de circulação nacional e também veículos de cada uma das cinco regiões brasileiras. Foram 2.381 notícias que abordam a mulher como tema. Destas, 1.506 sobre violência.

## 4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TELEJORNALISMO

O presente trabalho busca analisar as reportagens de violência contra a mulher. Como objeto de estudo, foi escolhido o telejornal “Jornal Hoje” (JH), da Rede Globo. Desta forma, para fazer uma análise quantitativa e qualitativa das matérias que abordam o tema no programa escolhido, faz-se necessário estudar a televisão e as características de sua linguagem.

### 4.1 A IMPORTÂNCIA DA TELEVISÃO ENQUANTO VEÍCULO DE INFORMAÇÃO

A televisão apresenta diversas funções e, por isso, é considerada de grande relevância em muitos países. Segundo Coutinho (2012, p. 41), além de um convite ao lazer e ao entretenimento, ela funciona como um eficaz meio de informação e acesso ao mundo. Sua importância aumenta quando pensamos em países em situações semelhantes a do Brasil, onde a leitura funciona ainda como uma barreira para parte da população. “Vale lembrar que em uma sociedade como a brasileira, em que a leitura ainda é um fator de exclusão social, o telejornalismo, a oferta de informações jornalísticas em televisão ganha relevância ainda maior” (COUTINHO, 2012, p. 42).

Ainda segundo a pesquisadora, a televisão atinge justamente esse público semialfabetizado, que consome as notícias “quase como um rito de passagem televisivo, senha ou passaporte para o consumo de novelas” (COUTINHO, 2012, p.43). Desta forma, a existência

deste tipo de telespectador amplia a importância do jornalismo televisivo, já que democratiza a informação.

Segundo Bucci (1997, p.14), a tela da televisão é o espaço onde as pessoas se informam e se localizam no mundo.

Entendida como assembleia permanente da nação, a televisão definiria inclusive um modo, real, de observar o mundo, dando legitimidade ao que exhibe em sua tela: “(...) fora da TV talvez seja muito impossível encontrar algum Brasil para ser visto” (BUCCI, 1997, p. 14 *apud* COUTINHO, 2012, p. 42).

Coutinho (2012, p. 43) destaca ainda que é por meio dos telejornais que os telespectadores, quando não possuem formas de acesso aos jornais impressos, tomam conhecimento dos fatos importantes, de acordo com os critérios de avaliação jornalísticos.

É fundamentalmente ao assistir aos noticiários televisivos que significativa parcela da população entra em contato com o mundo e “abastecer” seu repertório com informações e notícias capazes de possibilitar sua inserção nas conversas cotidianas e mesmo sua orientação no tempo “presente” (COUTINHO, 2012, p. 43).

E não é só em países onde parte do público ainda não tem acesso à leitura, como no Brasil, que a televisão e o telejornalismo ocupam um papel de destaque. Em sua pesquisa, Coutinho (2012) destaca um trecho do que diz Rui Cádima sobre a informação televisiva:

(...) é ainda, na maior parte das vezes, a principal ou a única fonte de informação sobre a realidade do mundo contemporâneo para o ‘grande público’. (...) seu discurso se apresenta, inclusivamente, como legitimador de uma nova ordem no mundo através da televisão. (Cádima, 1995, p. 130 *apud* COUTINHO, 2012, p. 44)

Coutinho (2012, p. 42) afirma ainda, tomando como referência Arbex Júnior, que a importância e a influência da televisão no Brasil se devem também à imagem. De acordo com

ela, em nossa cultura, a percepção visual é privilegiada enquanto fonte de conhecimento. É o que também diz Paternostro (1999, p. 61).

Quando se fala em televisão, recorre-se quase sempre a um velho provérbio chinês, bastante conhecido: uma boa imagem vale mais do que mil palavras. Uma ideia tão simples quanto a sabedoria oriental: a imagem é mais forte do que a palavra, a imagem diz o que a palavra não traduz (PATERNOSTRO, 1999, p. 61).

Ainda segundo Paternostro (1999, p. 61), é com a imagem que a televisão ganha força e compete com o rádio e o jornal. Para a autora, o visual provoca um encantamento no telespectador, prendendo a atenção do público. Por isso, de acordo com ela, é necessário que o jornalista saiba respeitar a força da imagem e descubra como associá-la ao texto, já que a informação em TV só é eficaz a partir da relação entre as palavras e as imagens.

## 4.2 A LINGUAGEM NO TELEJORNALISMO

Coloquial, claro, preciso, informativo, simples e pausado. Essas são as características listadas por Paternostro (1999, p. 61) para o texto de televisão. De acordo com a autora, a TV combina dois sentidos do ser humano: visão e audição. Por isso, as palavras do texto jornalístico redigido para o veículo devem servir como um suporte da imagem. O texto deve dar apoio ao visual, complementá-lo. Ainda de acordo com a autora, a imagem colabora para despertar o sentimento do público. “(...) Uma notícia de grande impacto afeta as pessoas de forma emocional. Dependendo da intensidade, da força, uma imagem que aparece no ar por escassos 15 segundos permanece na mente do telespectador por muito tempo, às vezes para sempre” (PATERNOSTRO, 1999, p. 63).

Porém, tomando como base o que afirma Squirra (1993), Coutinho (2012, p. 49) nos revela que a imagem tem sim a sua importância. No entanto, a palavra, o texto em si, não pode ser menosprezado. De acordo com a pesquisadora, uma boa imagem deve ser sempre aproveitada para ilustrar determinado acontecimento, mas “a não existência de registros visuais, sobretudo em externa, não seria suficiente para determinar a exclusão de um fato, de relevância social e/ou política, do noticiário televisivo” (COUTINHO, 2012, p. 49). A palavra, portanto, é tão fundamental e necessária quanto a imagem.

Neste sentido, é preciso que o jornalista saiba construir com excelência um texto para a televisão. É necessário que o público entenda e receba a informação de uma só vez e, para isso, o profissional deve escrever de uma maneira que seja esclarecedora para diversas pessoas, com características diferentes e de classes sociais distintas.

Em telejornalismo o texto é escrito para ser falado (pelo locutor) e ouvido (pelo telespectador). Pela própria característica dos veículos eletrônicos de comunicação – a instantaneidade – o receptor deve “pegar a informação de uma vez”. Se isso não acontece, o objetivo de quem está escrevendo – transmitir a informação – fracassa (PATERNOSTRO, 1999, p.66).

Para atingir a finalidade principal, fazer a informação ser recebida com clareza pelo telespectador, algumas características se fazem necessárias. De acordo com Paternostro (1999, p.67), o jornalista que escreve para um noticiário de televisão deve sempre ter em mente que seu texto será lido por alguém e deve ser captado de uma vez pelas pessoas. Com isso, a pesquisadora destaca que o texto deve sempre ser lido em voz alta para identificar possíveis rimas, a sonoridade das palavras e reconhecer erros primários, como redundâncias.

Além disso, Paternostro (1999, p. 68) destaca que o texto deve conter frases curtas, para ajudar na compreensão. E a pontuação, que dá o ritmo ao texto, deve estar bem colocada.

Outra preocupação que o jornalista deve ter é quanto à associação entre as palavras e imagens. “Só se faz TV com imagem, mas a palavra tem lugar garantido. O nosso desafio é descobrir como e quando usar a palavra” (PATERNOSTRO, 1999, p.72). Para a autora, a preocupação é fazer com que texto e imagem fiquem casados, se complementem. Eles não podem nunca competir. “Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função. O papel da palavra é dar apoio à imagem e não brigar com ela” (PATERNOSTRO, 1999, p. 72).

Paternostro (1999) reitera que, em TV, unir imagem, emoção e informação é a maneira ideal de transmitir a notícia com qualidade.

Além de todas as características já listadas para o texto de TV, como já destacado no início deste capítulo, deve-se utilizar a linguagem coloquial. “Sempre que o jornalista for escrever para TV, ele deve se lembrar que estará contando uma história para alguém, como se estivesse conversando com essa pessoa” (PATERNOSTRO, 1999, p.78). Porém, o texto coloquial também exige cuidados. É necessário estar atento às regras e à obediência gramatical. Texto coloquial não significa uma linguagem incorreta, com erros de português.

A TV tem obrigação de respeitar o telespectador e o transmitir a informação em uma linguagem coloquial e correta. É preciso também ter muito cuidado com o uso da gíria, porque ela pode vulgarizar um texto e não ser bem compreendida. É preciso respeitar as regras (PATERNOSTRO, 1999, p. 78).

Ainda de acordo com a pesquisadora, as frases devem ser escritas na ordem direta, palavras e expressões devem ser simplificadas e é preciso precisão e concisão. “Um texto objetivo é um texto coerente, que não mistura ideias ou informações. Procure a objetividade, a unidade de pensamento, o raciocínio claro e coerente para contar a sua história em um texto com começo, meio e fim” (PATERNOSTRO, 1999, p.85).

Desta forma, após entender a construção de um texto para a televisão e conhecer as características deste veículo, é possível analisar mais profundamente as reportagens escolhidas para este trabalho.

#### 4.3 O JORNAL HOJE – HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

O JH é um dos mais antigos telejornais da Rede Globo. Segundo o site oficial<sup>16</sup> da emissora, o telejornal começou a ser exibido em 1971, apenas para o Rio de Janeiro, e tinha como apresentadores Léo Batista e Luís Jatobá. Em sua versão inicial, o programa era como uma “revista diária, com matérias sobre arte, espetáculos e entrevistas”<sup>17</sup>. O JH passou a ser exibido para todo o país três anos depois, em 1974.

Já em 1991, o telejornal mudou seus cenários e formato. “Segundo o editor-chefe na época, Edson Ribeiro, o jornal deveria ter 90% de notícias de atualidade, com repórteres ao vivo sempre que possível”<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> < <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,TLI1028-16025,00.html> > Acesso em: 22 jul. 2013

<sup>17</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,TLI1028-16025,00.html> > Acesso em: 22 jul. 2013

<sup>18</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,TLI1028-16025,00.html> > Acesso em: 22 jul. 2013



*Jornal Hoje em 1991: Apresentação de Valéria Monteiro e Márcia Peltier*

Porém, em janeiro de 2003, com Carlos Nascimento e Sandra Annenberg na bancada, o jornal passou por uma nova alteração. “(...) o JH muda a linguagem e o conteúdo para resgatar a sua vocação, que é de um telejornal-revista”<sup>19</sup>. Com isso, voltaram as entrevistas especiais, as reportagens de comportamento humano, social e ético, e as matérias sobre cultura e arte.

Em fevereiro de 2004, Evaristo Costa se junta à Sandra Annenberg na apresentação do telejornal. “Com uma linguagem coloquial, sem perder a seriedade, o Jornal Hoje avança em sua busca por uma forma criativa de fazer revista na TV”<sup>20</sup>.

Segundo o vídeo<sup>21</sup> disponível no site do telejornal, cada edição pode conter até 30 minutos de duração. O programa é exibido de segunda a sábado, às 13h15.

---

<sup>19</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,TLI1028-16025,00.html> > Acesso em: 22 jul. 2013

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,TLI1028-16025,00.html> > Acesso em: 22 jul. 2013

<sup>21</sup> Disponível em: < <http://globo.com/rede-globo/jornal-hoje/v/um-dia-na-redacao-do-jornal-hoje-parte-3/875056/> > Acesso em: 23 jul 2013



*Jornal Hoje em 2013: Apresentação de Evaristo Costa e Sandra Annenberg*

#### 4.4 A ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para a presente pesquisa, foram analisadas as edições do Jornal Hoje, do dia 1 de janeiro a 31 de maio de 2013. Foi realizado um levantamento de todas as reportagens, vivos<sup>22</sup> e notas cobertas<sup>23</sup> exibidas no telejornal sobre o tema violência contra a mulher. Como a intenção deste trabalho é refletir sobre a cobertura da imprensa dos crimes ocorridos no Brasil, os casos de

---

<sup>22</sup> Ao vivo: Transmissão de um fato. A notícia na hora em que ela acontece. A transmissão pode ser feita dentro do estúdio ou no local do acontecimento.

Disponível em: <<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>> Acesso em: 07 ago. 2013

<sup>23</sup> Nota coberta: Nota cuja a cabeça é lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens. Esta nota pode ser gravada ou ao vivo.

Disponível em: <<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>> Acesso em: 07 ago. 2013

outros países, como o que envolveu o atleta paralímpico sul-africano Oscar Pistorius<sup>24</sup>, não foram levados em consideração. Crimes cometidos contra meninas menores de idade também não fizeram parte da seleção de matérias, por entender que se enquadram nos casos de pedofilia.

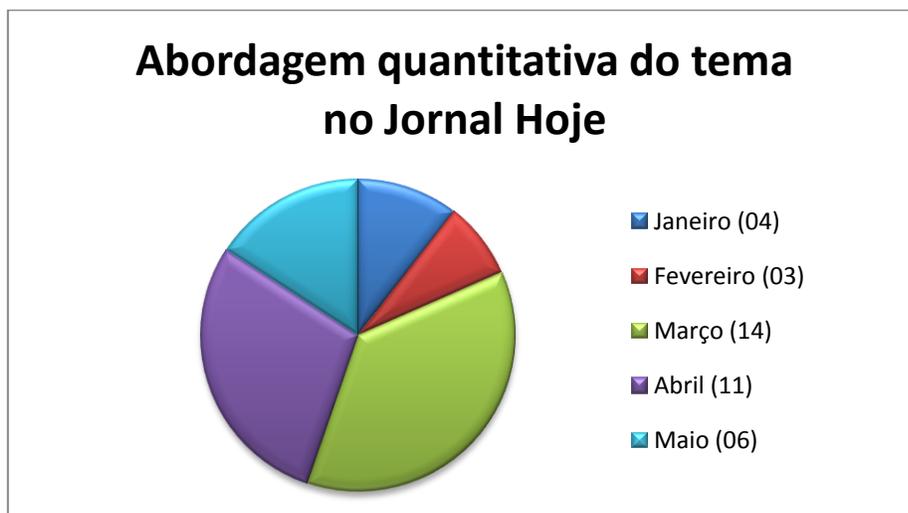
Durante os cinco meses de análise, o tema violência contra a mulher apareceu 38 vezes, entre reportagens, entradas ao vivo e notas cobertas. No mês de janeiro, o assunto foi abordado quatro vezes. Em fevereiro, foram três entradas. Os meses de março e abril foram os que concentraram o maior número, por conta dos julgamentos dos casos Eliza Samúdio<sup>25</sup> e Mércia Nakashima<sup>26</sup>. Em março, quando aconteceram os julgamentos do goleiro Bruno Fernandes e sua ex-mulher, Dayane Rodrigues, e de Mizael Bispo de Souza, o assunto violência contra a mulher ficou em evidência por 14 vezes, sendo seis relacionadas ao goleiro Bruno Fernandes, cinco referentes ao julgamento de Mizael, e outras três que abordavam outros assuntos. Já em abril, com o julgamento do policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de participação no caso Eliza Samúdio, o tema deste trabalho apareceu no Jornal Hoje por 11 vezes, sendo que sete foram sobre Bola, duas sobre o goleiro Bruno Fernandes e outras duas que tratavam sobre outros acontecimentos. E por fim, em maio, o assunto foi abordado seis vezes.

---

<sup>24</sup> Oscar Pistorius, primeiro atleta biamputado a disputar as Olimpíadas, foi acusado de matar a namorada, a modelo Reeva Steenkamp, na madrugada do dia 14 de junho de 2013.

<sup>25</sup> Caso de grande repercussão nacional. A modelo Eliza Samudio, ex-amante do goleiro Bruno Fernandes, do Flamengo, foi assassinada em 2010. O atleta foi condenado pelo crime, junto com outros envolvidos.

<sup>26</sup> O advogado e policial militar reformado Mizael Bispo de Souza foi acusado de matar a ex-namorada, a advogada Mércia Nakashima. O crime ocorreu em 2010. Mizael foi condenado.



Além disso, da totalidade de 38 “entradas”, foram seis notas cobertas, 16 reportagens, oito entradas ao vivo e também oito entradas ao vivo seguidas por reportagem. Vale destacar que, das entradas ao vivo, apenas duas não se referiam a algum dos julgamentos já citados neste capítulo. Uma delas abordava as medidas lançadas pelo governo no combate à violência contra a mulher e a outra falava sobre o julgamento do pagodeiro Evandro Gomes Corrêa Filho, acusado de provocar a morte da ex-mulher e de tentar matar o filho em 2008, em São Paulo.



Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC em 2010<sup>27</sup>, e já citada no capítulo anterior deste trabalho, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no país e uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. Além disso, de acordo com Waiselfisz (2012, p.8), o número de assassinatos de mulheres triplicou de 1990 a 2010. Levando em consideração esses dados e o número de abordagens jornalísticas em cinco meses de jornal, observamos o que é dito por Ramos e Paiva (2007, 135): segundo as autoras, o tema ainda não encontra na mídia o espaço que deveria merecer, levando em consideração as estatísticas verificadas no Brasil. Deve-se considerar ainda que, da totalidade de “entradas” no telejornal, 15 abordaram o julgamento do caso Eliza Samúdio, que representa quase 40% do total e indica uma das deficiências das coberturas, listadas por Jacira Melo<sup>28</sup> (2007, p.137). Para ela, questões complicadas como a violência contra a mulher geralmente só aparecem nos veículos de comunicação quando há um “fato motivador”, como um crime envolvendo uma pessoa pública, novas leis ou pesquisas. Ainda de acordo com ela, o jornalista escolhe o tema de acordo com a sua possibilidade de “render”. Desta forma, crimes desse tipo só ganham destaque quando existe algo que impulse os jornalistas a pautarem o assunto.

Porém, mesmo com o baixo número de aparições, algumas reportagens trouxeram abordagens diferenciadas e amplas. São as denominadas matérias especiais, que não retrataram apenas um fato isolado, mas trouxeram especialistas e mostraram as políticas públicas existentes para as vítimas.

---

<sup>27</sup> Disponível na obra “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

<sup>28</sup> “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. Disponível em: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

#### 4.4.1 FACTUAL X ESPECIAL

No universo das 38 exposições no Jornal Hoje que abordaram o tema deste trabalho, apenas três foram reportagens especiais, que trouxeram um panorama geral da situação das mulheres no país. São matérias que seguem o que diz Sanematsu (2011, p.99): é necessário ir além do acontecimento em si, é preciso agregar contexto, argumentos e diferentes olhares.

No site oficial<sup>29</sup> do programa, essas reportagens ganharam os seguintes títulos: “Violência doméstica faz mais de duas mil vítimas por dia em todo o país”, exibida no dia 25 de janeiro, “Registros de estupro quase triplicaram no Brasil em cinco anos”, veiculada no dia 18 de maio e “Número de estupros cresce em São Paulo”, que foi ao ar em 24 de maio. Além das três, foram observadas outras duas reportagens que trouxeram a cobertura de um factual, mas ampliando para uma discussão geral. Também na página online do Jornal Hoje, elas podem ser encontradas pelos títulos: “Homem invade casa da ex-mulher para agredi-la”, exibida no dia 05 de fevereiro e “Artista plástica é morta pelo marido em SP”, veiculada no dia 22 de abril.

Das 33 produções restantes, 22 possuem o fato “motivador”, descrito por Jacira Melo (2007, p.137) e já apresentado no início desta análise, e outras 11 trouxeram a cobertura de algum factual, apenas relatando determinado crime, sem apontar desdobramentos, políticas públicas ou formas de prevenção, por exemplo. Ou seja, da totalidade de matérias, apenas cinco trouxeram o assunto de maneira mais aprofundada, o que representa um pouco mais de 13%. Conforme o

---

<sup>29</sup> <http://g1.globo.com/jornal-hoje/>

observado, tais dados confirmam o que foi revelado pela pesquisa<sup>30</sup> realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2011, que diz que o foco desse tipo de cobertura está em fatos individualizados, retratados a partir de uma ótica policial, deixando de lado possíveis reflexões sobre o problema.

O mesmo é dito por Soares (2007, p. 99) que afirma que é preciso ainda evoluir no que diz respeito ao tratamento dado pela mídia na abordagem desses crimes, indo além dos números verificados no país. É necessário despertar no público um debate a respeito do tema.

Como exemplo dessas reportagens que individualizam o problema, podemos destacar a matéria “Homem é preso acusado de ter assassinado ex-mulher em Curitiba”, exibida na edição do dia 21 de março. Segundo Sanematsu (2011, p. 72), as matérias costumam apresentar uma abordagem apenas policial, destacando apenas detalhes sobre a cena do crime e os envolvidos, e evitando a cobertura de políticas públicas e dos esforços existentes ou não para o combate ao problema. A reportagem analisada apresenta essas características. Nos dois minutos e 22 segundos de duração, em nenhum momento o crime foi discutido e nem foram citados dados relevantes ou foram apresentadas as políticas públicas existentes. Apenas o crime em si foi abordado. Logo no início, na cabeça<sup>31</sup> da reportagem, os apresentadores já destacam detalhes sobre o acontecimento:

---

<sup>30</sup> Disponível no Resumo Executivo do livro “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise da cobertura jornalística. 2011. Andi; Instituto Patrícia Galvão

<sup>31</sup> Cabeça da matéria ou cabeça do vt: É o lide da matéria. Quem lê é sempre o apresentador que introduz o assunto da matéria feita pelo repórter. Disponível em: < <http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm> > Acesso em: 07 ago. 2013

A investigação científica do assalto a uma padaria no Paraná revelou detalhes de uma trama que terminou com um assassinato. A dona da padaria foi levada pelos bandidos e morta a tiros. A polícia analisou as imagens dos ladrões nas câmeras de vigilância. O assassino foi identificado pelo jeito de andar. Ele era o ex-marido da vítima.<sup>32</sup>

Em seguida, enquanto a repórter continua a detalhar a ação, imagens do circuito interno da padaria onde a vítima trabalhava são usadas como suporte. Elas mostram o momento em que o homem rende a mulher e a leva para fora do estabelecimento. Simultaneamente, a repórter narra a ação e nos fornece outras informações sobre a vítima:

As imagens do circuito interno mostram o momento em que dois homens fazem a dona da padaria refém e saem com ela pela porta da frente. O crime foi no domingo à noite. Bernardete Zelta, de 43 anos, foi encontrada morta horas depois na região metropolitana de Curitiba.<sup>33</sup>

Depois, a reportagem nos apresenta detalhes da investigação e de como a polícia chegou ao suspeito. “A polícia comparou as imagens do assalto com outras feitas anteriormente do ex-marido, João Soczek, num dia em que ele visitou a padaria”.

Por fim, é abordado o desfecho do acontecimento, que culminou com a prisão dos envolvidos, e é colhido o depoimento do delegado responsável pelo caso e da filha mais velha do casal, falando sobre a relação dos pais. Como já destacado anteriormente, a matéria aborda apenas o fato em si e não traz nenhum dado geral sobre esses tipos de crime, estatísticas, formas de denúncia, prevenção e atendimento às vítimas.

---

<sup>32</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/03/homem-e-preso-acusado-de-ter-assassinado-ex-mulher-em-curitiba.html> > Acesso em: 27 jul 2013

<sup>33</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/03/homem-e-preso-acusado-de-ter-assassinado-ex-mulher-em-curitiba.html> > Acesso em: 27 jul 2013

Porém, apesar do número de reportagens semelhantes à citada acima, as matérias especiais trouxeram coberturas amplas, profundas, que levaram em consideração vários aspectos da realidade das mulheres vítimas de violência no país.

Tomando como exemplo a reportagem exibida no dia 25 de janeiro de 2013, “Violência doméstica faz mais de duas mil vítimas em todo o país”<sup>34</sup>, que tem dois minutos e 51 segundos de duração, notamos que, logo na cabeça, a apresentadora Sandra Annenberg traz dados sobre os crimes: “Todos os dias, mais de duas mil mulheres registram queixa no Brasil contra a violência de seus maridos, namorados e companheiros. Em mais da metade dos casos, elas sofrem tentativa de homicídio”. Nessa frase, a jornalista destaca as tentativas de assassinato, que representam grande parte das ocorrências. Essa é uma das características listadas por Ramos e Paiva (2007, p. 133) para uma cobertura eficiente, que cumpre o seu papel perante à sociedade. Para as autoras, as matérias devem apontar quais áreas registram o maior número de ocorrências.

Logo em seguida, ainda nesta reportagem, entram duas personagens, vítimas da violência doméstica, contando as suas experiências. A primeira mulher, uma empresária que aceitou mostrar o rosto, disponibilizou também uma gravação telefônica com as ameaças do agressor. A outra personagem, uma enfermeira de 38 anos que foi agredida e violentada por três homens, a mando do ex-marido, preferiu não se identificar. No relato, ela conta que gostaria de saber o motivo da agressão. O uso dessas sonoras também obedece às características de uma boa abordagem da violência doméstica. Para Soares (2007, p. 140), as vítimas sabem como sobreviver a esses crimes, quais atitudes podem ser tomadas e como se proteger dos agressores.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/01/violencia-domestica-faz-mais-de-duas-mil-vitimas-por-dia-em-todo-o-pais.html>> Acesso em: 25 jul 2013

A reportagem traz também outros casos para ilustrar. No total, são mostradas quatro situações diferentes. Ela conta ainda com o Juiz de Violência Doméstica e Familiar, Paulo Zacarias, dizendo que grande parte das mulheres desiste da denúncia por vários motivos, como para não ofender os maridos, por medo de repreensão no trabalho e a pedido dos filhos. E em seguida, em uma nota-pé, a apresentadora do telejornal fornece o número do Disque Denúncia, 180. Durante toda a cobertura é mostrada a importância de denunciar as ameaças e agressões. No texto da repórter, por exemplo, isso fica claro: “A polícia chegou ao mandante depois que a enfermeira contou que o ex-marido, com quem viveu 17 anos, era muito violento”.

Já na outra reportagem especial<sup>35</sup> que aborda os estupros em São Paulo, veiculada no dia 24 de maio, tais características também são notadas. Assim como na matéria anterior, sobre violência doméstica, os apresentadores também indicam dados, logo na cabeça da reportagem. “O número de estupros na cidade de São Paulo, subiu 26% no primeiro trimestre deste ano. E o mais assustador: na maior parte dos casos a vítima conhece o estuprador”. Em seguida, entra uma entrevista com a delegada Celi Paulino, explicando como os estupradores desconhecidos atuam, a fim de orientar as mulheres. Além disso, a repórter cita o número de delegacias de defesa da mulher que existem na cidade e indica um hospital para onde as vítimas são levadas. Na ocasião, uma psicóloga é entrevistada e explica os primeiros procedimentos pelos quais a vítima deve passar. Este trecho da reportagem vai de encontro ao que diz Sanematsu (2011, p. 72), que destaca que a atitude de abordar os investimentos públicos em prevenção e assistência, tem o poder de despertar o debate sobre as deficiências existentes e demandas sociais necessárias.

---

<sup>35</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/numero-de-estupros-cresce-em-sao-paulo/2593879/> > Acesso em: 25 jul 2013

Por fim, a reportagem termina com o relato de uma mulher que conseguiu escapar do violentador, mas ainda sofre as consequências da agressão. No entanto, durante toda a entrevista, ela é tratada apenas como vítima. Isso recai sobre o que também diz Sanematsu (2011, p.99). De acordo com ela, nós precisamos ouvir o que elas têm a dizer, não apenas na condição de vítima de agressão, mas como parte de um problema que precisa ser denunciado. Soares (2007, p.140) concorda, e afirma que normalmente as mulheres são ouvidas apenas para comprovar o que explicam os especialistas. Porém, devido às agressões, elas construíram uma sabedoria, são sobreviventes, e têm conhecimentos para passar. Portanto, segundo a autora, elas devem ser tratadas como alguém que conseguiu a superação e que pode ajudar as outras pessoas que enfrentam o mesmo problema.

E é dessa forma que uma das vítimas é abordada na outra reportagem especial. A matéria “Registros de estupros quase triplicam no Brasil em cinco anos”<sup>36</sup>, exibida no dia 18 de maio de 2013, termina com uma das vítimas falando: “Tem que denunciar mesmo. Os violentadores querem nos amedrontar para continuarem fazendo. E se a gente lutar e a gente buscar, realmente, mostrar o que está acontecendo, a gente vai conseguir”.

Assim como as outras, a reportagem também traz dados e mostra algumas das políticas públicas que existem para atender às vítimas desse tipo de crime, como as Delegacias de Atendimento à Mulher, um centro de referência mantido pela prefeitura de Salvador e uma casa que serve de residência para as vítimas, também em Salvador.

Além destas três especiais, como já destacado anteriormente, duas foram factuais que abordaram uma discussão mais ampla. Em uma delas, que trata de um pai que espancou a ex-

---

<sup>36</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/registros-de-estupro-quase-triplicaram-no-brasil-em-cinco-anos/2582317/>> Acesso em: 25 jul 2013

mulher na frente dos filhos, é mostrada a importância da denúncia; a matéria, então, traz um psiquiatra forense para corroborar essa informação e explicar o pensamento dos agressores. Já na outra, que fala sobre a artista plástica que morreu após apanhar do companheiro, um médico que coordena o atendimento a vítimas da violência em um hospital de São Paulo explica que o principal motivo da violência é o preconceito, a diferença de poder que ainda existe entre homens e mulheres. Tal informação vai de encontro ao que diz Souza e Adesse (2005, p.13): a desigualdade entre os sexos ainda não foi completamente superada e ainda reflete a tradição patriarcal da sociedade, expressada através de atos violentos. Em seu texto, Sanematsu (2011, p.56) também deixa isso claro, afirmando que muitos homens, por se sentirem superiores, acreditam que possuem o direito de se impor perante as mulheres.

#### 4.4.2 FATOR MOTIVADOR

Como já indicado no início desta análise, a pesquisadora Jacira Melo<sup>37</sup> (2007, p.137) afirma que questões de difícil abordagem como a violência contra a mulher só são pautadas pela mídia quando há uma motivação: “um crime envolvendo uma pessoa famosa, novas pesquisas, uma nova lei”, por exemplo. Essa característica também foi observada neste trabalho. Das 38 produções jornalísticas, 22 foram impulsionadas por fatores desse tipo, representando um total de quase 58%.

---

<sup>37</sup> “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. Disponível em: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

O caso Eliza Samúdio, por exemplo, que envolveu uma pessoa famosa – o ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes – foi abordado no telejornal 15 vezes. O julgamento de Mizael Bispo de Souza, um caso que ganhou grande repercussão nacional, teve cinco exibições. As outras duas abordaram o tema prevenção. Uma retratava uma campanha que seria lançada no Dia Internacional da Mulher e a outra, uma entrada ao vivo, no mês de março, conhecido como o mês da mulher, que anunciava novas medidas lançadas pelo governo para o combate à violência doméstica.

De exemplo, vamos usar a matéria sobre a campanha do Banco Mundial contra a violência doméstica, intitulada “Banco Mundial lança campanha contra violência doméstica no Brasil”<sup>38</sup>. Ela foi veiculada no dia 05 de março de 2013 e revelava, em primeira mão, a ação que começaria a partir do dia 08 de março deste ano, o Dia Internacional da Mulher. Ela possui três características que podem ser consideradas “fatos motivadores”: a presença de pessoas famosas, a novidade do seu próprio lançamento e a data de estreia que, apesar de não ser destacada, é citada quando a apresentadora diz que tal ação será lançada “nesta sexta-feira”.

As imagens mostram atores famosos como Gabriel Braga Nunes, Flávio Canto, Thiago Fragoso e Cauã Reymond falando a seguinte frase “Homem de verdade não bate em mulher”. Em seguida, a repórter explica o motivo da campanha: mostrar que a Lei Maria da Penha não é contra os homens, mas sim, contra aqueles que agredem. Para ilustrar, ela cita que o Brasil é o sétimo país do mundo em assassinato de mulheres e exemplifica com três casos: um de Alagoas, outro do Rio Grande do Norte e um de Brasília. Além disso, traz também uma fala da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, explicando que é

---

<sup>38</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/banco-mundial-lanca-campanha-contra-violencia-domestica-no-brasil/2441926/>> Acesso em: 27 jul 2013

preciso uma vítima morrer para que o caso venha à tona. O VT é encerrado com a mulher que motivou a criação da Lei: Maria da Penha Fernandes. Ela explica qual é a definição de um homem de verdade.

Nessa mesma linha, uma entrada ao vivo no dia 13 de março apresentava as novas medidas do governo no combate à violência doméstica. Seu “fator motivador” é justamente a novidade. O trabalho teve duração de 44 segundos, incluindo a chamada dos apresentadores, e abordou apenas os principais pontos, o que pode ser observado no texto da repórter:

O governo promete investir 265 milhões de reais para melhorar o atendimento às vítimas de violência. Um dos pontos principais é construir em cada capital uma Casa da Mulher Brasileira, abrigos provisórios com atendimento psicológico e encaminhamento para empregos. O Disque Denúncia também vai ganhar reforço: Em casos urgentes, o atendente do 180 vai ligar imediatamente para o SAMU ou para a PM<sup>39</sup>.

Porém, a maioria das produções impulsionadas por algum dos fatores já listados acima tem relação com o caso Eliza Samúdio. A ex-amante do ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, foi assassinada em 2010. O corpo nunca foi encontrado. O atleta foi condenado pelo crime. Durante o período de análise deste trabalho, estavam agendados os seguintes julgamentos referentes ao caso: o do goleiro Bruno, da sua ex-mulher Dayane Rodrigues e do ex-policial, Marcos Aparecido dos Santos, o Bola. O telejornal acompanhou o desfecho, com reportagens e entradas ao vivo. Foram 13 abordagens sobre os julgamentos, e outras duas sobre desdobramentos do caso, totalizando 15 produções. Esse número representa quase 40% da totalidade de matérias sobre o tema desta pesquisa, a violência contra a mulher no Brasil.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/governo-lanca-novas-medidas-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher/2457258/>> Acesso em: 27 jul 2013

Para exemplificar, vamos utilizar a primeira matéria, do dia 02 de março, que retomou o caso por completo. Diferente das outras, não havia um link ao vivo em frente ao fórum de Contagem, já que o julgamento só começaria no dia 04 de março. Logo na chamada, a apresentadora do telejornal já resume o crime.

O trânsito já está interditado em frente ao fórum de Contagem, na grande Belo Horizonte. Na segunda-feira começa um dos julgamentos mais esperados do ano. O goleiro Bruno e sua ex-mulher, Dayane Rodrigues, voltam ao banco dos réus. Bruno vai responder pela morte da ex-amante Eliza Samúdio. Dayane, pelo sequestro e cárcere privado do filho de Bruno com Eliza. A expectativa é de um julgamento cheio de depoimentos contraditórios e acusações.<sup>40</sup>

Durante a reportagem, com três minutos e 33 segundos de duração, é retomado o julgamento de Macarrão, outro envolvido no caso, e a entrevista do primo do goleiro, Jorge Luís Lisboa, o primeiro a contar à polícia sobre a morte da vítima. A narrativa apresenta ainda a certidão de óbito de Eliza, mostrando a data do crime e a causa da morte. Um criminalista também concede entrevista e diz que o documento pode pesar na decisão do júri. Além disso, o texto da repórter retoma o motivo da acusação contra Bruno: “para não pagar pensão, o goleiro participou do sequestro e do cárcere do menino e também vai responder por homicídio e ocultação de cadáver de Eliza”. Em uma nota-pé, a apresentadora divulga também a data do julgamento do outro envolvido, o Bola.

A cobertura do julgamento foi completa. Durante todos os dias de júri uma matéria foi veiculada no telejornal.

Desta forma, foi observado que a cobertura do Jornal Hoje segue o que já havia sido indicado pelas pesquisadoras citadas no terceiro capítulo deste trabalho. Atualmente, não há uma

---

<sup>40</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/goleiro-bruno-e-sua-ex-mulher-voltam-ao-banco-dos-reus-nesta-segunda-4/2436779/>> Acesso em: 27 jul 2013

ausência do tema na mídia. Conforme Soares (2007, p.139), os veículos de comunicação não se calam mais diante desse tipo de violência. Porém, segundo a pesquisadora, há ainda muito para evoluir. Para Ramos e Paiva (2007, p. 133), o ideal é que o tema seja tratado como prioridade pela imprensa.

Com isso, algumas conclusões são importantes para cumprirmos o objetivo de refletir sobre a situação das mulheres vítimas da violência e a forma como tais crimes são abordados pelos veículos de comunicação.

## 5 CONCLUSÃO

Por mais que se fale em objetividade, a atividade jornalística carrega em si a subjetividade dos profissionais. E ela está presente desde o início da elaboração do telejornal. O próprio ato de escolher o que é ou não notícia deixa transparecer o pensamento do jornalista. É ele quem decide o que é mais relevante ou não para o conhecimento público. Além disso, a maneira como um fato é contado também reflete as particularidades dos pensamentos dos profissionais da mídia. Cada um conta o acontecimento a partir de olhares e ações mediadas por uma série de fatores que ajudam na reconstrução de tal caso.

Desta forma, na segurança pública, a responsabilidade do jornalista é grande, já que ele pode ser um dos personagens relevantes na construção da opinião pública. Por isso, é preciso que o profissional saiba como descrever esses acontecimentos e a maneira de abordá-los. Hoje em dia, a sedução causada pelo furo representa um perigo para o jornalismo de segurança pública. As tecnologias possibilitam a rápida disseminação da informação e se ela estiver equivocada, as consequências podem ser desastrosas. Por isso, cada vez mais, o jornalista precisa lidar com calma com tais acontecimentos e estudar uma maneira de contá-los. Além disso, os profissionais precisam usar os fatos para tentar reverter a situação da violência no país. Embora os crimes ganhem um espaço relevante nos telejornais, ainda é preciso tratá-los de uma maneira mais aprofundada, não os separando do contexto social que os envolve e dos esforços empreendidos no combate a esses crimes. É preciso lidar com as situações de violência de uma forma ampla, e não contar o fato apenas por um viés policial.

Vimos, portanto, que o jornalismo de segurança pública pode ser um importante agente de mudanças sociais. É possível que o jornalista, através de sua profissão, colabore para uma alteração positiva no cenário de violência no Brasil. Para isso, basta que ele tenha noção dessa importância e realize sua função com compromisso e responsabilidade, entendendo que o jornalismo de segurança pública é mais do que o simples “jornalismo policial”, buscando suas raízes na história e nas outras ciências.

As pesquisas bibliográficas e a análise realizada ao longo deste trabalho permitiram concluir que a abordagem da violência contra a mulher no Jornal Hoje precisa dar um salto quantitativo e qualitativo. Apesar de os discursos apresentados sinalizarem um crescimento do olhar para o tema violência contra a mulher, simultaneamente apontam também os desafios diários que os jornalistas enfrentam ao lidarem com o assunto e o abordarem de uma maneira mais interpretativa. Mesmo tendo recebido um espaço considerável no telejornal em questão, alguns aspectos ainda deixaram a desejar. Do universo total de matérias, poucas foram as que trataram o tema de maneira ampla, lidando com sua vasta extensão social. Um número considerável, mais que o dobro das reportagens especiais, trouxe uma cobertura focada apenas no fato em si, limitando-se ao acontecimento, sem despertar uma discussão ou mostrar as políticas públicas de auxílio às vítimas existentes em nosso país.

Além disso, várias vezes o tema violência contra a mulher apareceu no Jornal Hoje por se tratar de um caso envolvendo uma pessoa famosa, ou pela elaboração de uma nova política pública, por exemplo. Ou seja, o assunto é principalmente pautado pelos jornalistas quando existe uma motivação. Dificilmente o tema violência contra a mulher ganha espaço na mídia sem ter algo que o impulse, como o caso envolvendo o goleiro Bruno Fernandes ou a criação de campanhas de combate à violência doméstica no Dia Internacional da Mulher. Durante os cinco

meses de análise, identificamos poucas reportagens feitas sem um motivador, apenas com a intenção de passar ao público dados estatísticos, formas de prevenção e reflexões acerca do assunto.

Seguindo essa linha de raciocínio, o que concluímos é que existe ainda uma lacuna na cobertura deste tipo de violência. Mais que ampliar o número de reportagens que abordam o tema é preciso tornar a cobertura mais abrangente, reflexiva e que assuma um papel de fiscalização. É necessário verificar as políticas públicas existentes e encontrar uma maneira de cobrar das autoridades responsáveis formas de prevenção e enfrentamento ao problema.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, André Luís Toledo. **Desafios na cobertura da segurança pública: É possível um jornalismo interpretativo em meio às produções factuais e à pressão pelo imediatismo?** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística.** Brasília, 2011.

BEDENDO, Ricardo. **Jornalismo Policial ou de Segurança Pública?** Disponível em: <<http://jornalismodesegurancapublica.wordpress.com/2011/03/08/hello-world/>> Acesso em: 08 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **A notícia em tempo real X o contexto da vida real: reflexões sobre jornalismo e segurança pública. 2012.** Trabalho apresentado no DT Jornalismo, X Encontro Regional de Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora – MG.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

DINIZ, Adriana Leite. **Jornalismo em Segurança Pública: Uma nova postura na cobertura da violência urbana, no Brasil. 2006.** Trabalho apresentado na Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2006.

FECHINE, Yvana. **Uma proposta de abordagem do sensível na TV.** Disponível em: <<http://www.unicap.br/gtpsmid/pdf06/yvana-fechine.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2013.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo.** Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAIA, Aline Silva Correa. **Sobre o jornalismo e as notícias**. In: INTERCOM SUDESTE, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom Sudeste, 2008. 1 CD-ROM

MELO, Jacira. **O movimento social de mulheres e a imprensa: Uma cobertura construída em parceria**. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

MORETZSOHN, Sylvania. **Em nome da “justiça”, contra o direito: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia**. Disponível em:  
<[http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moretzsohn-sylvia-jornalismo-pedofilia.html)> Acesso em: 23 mai 2013

MUSUMECI, Leonarda. **As múltiplas faces da violência no Brasil**. Brasília: PNUD, 1998

NÉRI, Felipe Medeiros. **Jornalismo na Internet: Rotinas produtivas nos cibermeios do DF**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade do Contestado, Concórdia, 2005.

PAIVA, Letícia Carpanez de. **Jornalismo e política na imprensa de interior: A Questão da Autonomia na Cobertura de Ações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2007.

PATERNOSTRO, Vera Isis. **O Texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, E. G. S. . **SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMINOLOGIA, POLÍCIA COMUNITÁRIA E MÍDIA: Simbiose necessária para o século XXI**. Revista de Criminologia do Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa, 15 jun. 2008.

PEREIRA Jr., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia** - Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2006.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006

RONDELLI, Elisabeth. “Dez observações sobre mídia e violência”. **Comunicação & Educação**, São Paulo, 71: 34 a 37, set./dez. 1996.

SANEMATSU, Marisa. Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres. In: ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres**: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, 2011.

SOUSA, Cecília de Melo e; ADESSE, Leila (orgs). **Violência Sexual no Brasil**: perspectivas e desafios. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2005.

SOUZA, Percival de. **Nos autos são encontrados réus e testemunhas**. O jornalista prefere vê-los como personagens. In: ALVES, Carla Cristina Costa. **Nelson Rodrigues e a reportagem policial: realidade x ficção**. Monografia de graduação em Comunicação Social. Rio de Janeiro, Uerj. Disponível em: Cadernos da Comunicação, publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.

UNICEF. **Violência na Mídia**. Disponível em: < [www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_04.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf).> Acesso em: 10 jul. 2013

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012 ATUALIZAÇÃO: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. 2012. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2013

WOLF, Mario. **Teoria das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

